ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO
2017
18

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO
2017
18

CREDENCIADA
NO CONSELHO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 4.326

CERTIFICADA
ISO 9001:2015

SUMÁRIO

5 INSTITUCIONAL

11 APRESENTAÇÃO

15 AÇÕES INSTITUCIONAIS

45 CURSOS PRESENCIAL E À DISTÂNCIA

81 PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU

99 EVENTOS

131 RELATÓRIO DE ATIVIDADES

INSTITUCIONAL

A escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, foi criada em 1998, em cumprimento ao preceito constitucional contido no artigo 93, inciso II, alínea "c", e inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, em sua redação original. No âmbito estadual, sua regulamentação se deu com a Resolução nº 005, de 1998, do órgão Especial do Tribunal de Justiça. A Escola é uma instituição de ensino superior governamental credenciada desde 2011 no Conselho Estadual de Educação por meio do Decreto nº 4.326, de 21 de junho de 2011, avaliada com nota 5, dotada de certificação internacional ISO 9001:2015 além de integrar o sistema e-Mec e a Plataforma Sucupira da Capes.

A Esmat é dotada de autonomia financeira, vinculada ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e tem como finalidade precípua assegurar a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, sendo elemento essencial ao aprimoramento da prestação jurisdicional. É, portanto, uma Escola de Governo. Com vista a alcançar bons resultados no cumprimento das suas obrigações institucionais, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) estabeleceu e definiu como referenciais estratégicos,

MISSÃO

Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.

VALORES

Ética – Moral – Cultura – Respeito – Urbanidade – Dedicação ao Estudo e ao Trabalho – Responsabilidade

POLÍTICA DA QUALIDADE

Melhorar continuamente o processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, respeitando a legislação estabelecida.

Rev 01

Composição ESMAT

CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho
Desembargador José de Moura Filho

Diretor Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1ª Diretora Adjunta – Conselho Editorial
Desembargadora Etelvina Sampaio Felipe

2º Diretor Adjunto – Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretor Adjunto – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Wellington Magalhães

ASMETO
Juíza Julianne Freire Marques

Diretor Geral TJTO
Francisco Cardoso

DIRETORIA

Diretor Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1ª Diretora Adjunta – Conselho Editorial
Desembargadora Etelvina Sampaio Felipe

2º Diretor Adjunto – Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretor Adjunto – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Wellington Magalhães

Diretora Executiva
Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Maria Luiza C. P. Nascimento

Assessora Acadêmica e Pedagógica
Débora Regina Honório Galan

EQUIPE TÉCNICA

Adryanne Rosa S. da Costa Pires
Alessandra Viana Malta de Medeiros
Andréia Teixeira Marinho Barbosa
Anna Paula A. M. Falcão Coelho
Bruno Odate Tavares
Cynthia Valéria C. Aires
Deusdiamar Bezerra Sales
Ednan Oliveira Cavalcanti
Elaine Andrade P. S. Medeiros
Eugenia Paula Meireles Machado
Francisco Erasmo Batista
Graziele Coelho Borba
Irla Honorato Oliveira
Jadir Alves de Oliveira
João Leno Tavares Rosa
José Luis Ribeiro
Lilian Gama da Silva
Lily Sany Silva Leite
Lindalva Martins Barros
Lucilene Aparecida da Silva
Marcos Adão Pereira Carneiro
Maria Ângela Barbosa Lopes
Maria Edna de Jesus Dias
Mária Rúbia G. da Silva Abalem
Neuton Pereira Melo Junior
Pablo Henrique de Sousa
Paulo Ricardo Nardes Marques
Roberto Carlos Pires
Rosete de Farias Meireles
Ruto César Moreira Costa
Silvana Carvalho de Castro Pires
Silvania Melo de Oliveira Olortegui
Sonia Claudia Bezera Sales
Taynã Nunes Quixabeira
Thelni Veloso de Sousa
Vanice Lunkes Gotz
Vinícius Fernandes Barboza
Wandson Assunção Lima
Wellerson Matheus Felix da Silva

EXPEDIENTE

Diretora Executiva: Ana Beatriz de Oliveira Pretto
Supervisão: Lily Sany Leite
Redação: Alessandra Malta
Arte e Diagramação: Roberto Pires
Revisão Ortográfica: Maria Ângela B. Lopes
Fotos: Ednan Cavalcanti, Rondinelli Ribeiro e Marcos Carneiro

APRESENTAÇAO

Com muita alegria findamos o biênio 2017-2018. Alegria do dever cumprido. Alegria de poder oferecer aos magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense ações educativas de excelência, em instalações físicas apropriadas, e com a participação de professores reconhecidos internacionalmente, o que tem se traduzido na melhoria da prestação jurisdicional, na excelência de gestão com a otimização de recursos financeiros e administrativos, e acima de tudo na satisfação e valorização das pessoas que representam o Poder Judiciário.

Todas essas realizações só foram possíveis graças ao apoio incondicional da Presidência do Tribunal de Justiça, que não mediu esforços para que as instalações físicas refletissem a grandiosidade das ações institucionais e os dos relevantes eventos realizados pela Esmat, como cursos, seminários, congressos e workshops que integram magistrados, servidores, demais operadores do Direito e estudantes, juntamente com toda a sociedade, ultrapassando as fronteiras do estado do Tocantins.

Para o futuro, ainda temos muito a fazer, pois a educação profissionalizante necessita de aperfeiçoamento contínuo. Para isso, esta Escola, que tem uma gestão focada em resultados, dará continuidade aos programas de formação e aperfeiçoamento – e aos projetos apresentados aqui neste Relatório – com a utilização de metodologias de ensino ativas e tecnologias de educação à distância.

Desembargador Marco Villas Boas
Diretor Geral da Esmat

AÇÕES INSTITUCIONAIS

DIRETORIA DA ESMAT É EMPOSSADA PARA BIÊNIO 2017-2019

No dia 1º de fevereiro de 2017, o desembargador Marco Villas Boas foi reconduzido ao cargo de diretor geral da Esmat para um novo biênio. Ao seu lado, foi eleita a desembargadora Etelvina Sampaio Felipe como primeira diretora adjunta da Esmat – Conselho Editorial. As eleições aconteceram durante a Sessão Solene realizada no Pleno do Tribunal de Justiça que empossou a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Como diretor geral, o desembargador Marcos Villas Boas deu posse, no dia 17 de fevereiro, ao juiz Wellington Magalhães, titular da comarca de Cristalândia, como terceiro diretor adjunto da Esmat – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica. O novo diretor adjunto afirmou sua alegria em fazer parte dessa equipe e ressaltou que "Com respeito e compromisso pela excelência na formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins iremos continuar exercendo um excelente trabalho".

O Conselho Institucional e Acadêmico ficou assim constituído: presidente do Conselho – desembargador José de Moura Filho; Diretoria Geral – desembargador Marco Villas Boas; 1ª Diretoria Adjunta – Conselho Editorial, desembargadora Etelvina Sampaio Felipe; 2ª Diretoria Adjunta – Conselho de Cursos, juiz José Ribamar Mendes Júnior; 3ª Diretoria Adjunta – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica, juiz Wellington Magalhães; ASMETO – juíza Julianne Freire Marques; Diretoria Geral TJTO – Francisco Cardoso.

PROFESSORES PORTUGUESES RECEBEM MEDALHÃO ESMAT

Os doutores Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca e José Alexandre Sousa Pinheiro, professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, estiveram no Brasil para ministrar aula no curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional promovido pela Esmat. A outorga do Medalhão foi realizada pelo desembargador Marco Villas Boas, considerando os relevantes serviços prestados pelos professores portugueses à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e ao Poder Judiciário deste Estado, e sua contribuição para o aperfeiçoamento das Ciências Jurídicas.

O professor Rui Guerra da Fonseca é doutor em Direito na área de Ciências Jurídico-Políticas e Autonomia Estatutária das Empresas Públicas e Descentralização Administrativa; e o professor José Alexandre Sousa Pinheiro é doutor em Direito com a dissertação “Privacy e Proteção de Dados: a construção dogmática do direito à identidade informacional”.

DIRETORES DA ESMAT PARTICIPAM DO XLV ENCONTRO DO COPEDEM REALIZADO EM PERNAMBUCO

O diretor geral da Esmat e vice-presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, e a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto, prestigiaram em abril de 2017 a solenidade de abertura do XLV Encontro do COPEDEM e contribuíram para essa importante realização. Em seu pronunciamento, o presidente do Colégio, desembargador Antonio Rulli Junior, ressaltou a importância da realização dos encontros com vista a fortalecer as Escolas Judiciais e da Magistratura.

“É importante ressaltar neste encontro a grande conquista obtida, no Ministério da Educação, por meio do trabalho incansável dos desembargadores Marco Villas Boas e Eurico de Barros Correia Filho, a qual resultou na edição da Portaria que prevê a realização de programas de doutorado profissionalizantes”, finalizou o presidente.

MEDALHA COMEMORATIVA AOS 15 ANOS DA ESMAT

A Medalha Comemorativa aos 15 anos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense foi instituída no dia 12 de março de 2018, e cunhada em metal dourado com a logomarca da Esmat centralizada em alto relevo, com a inscrição “15 anos”, e no verso os dizeres: “Desembargador Antonio Rulli Junior”, “Presidente do Copedem – 2009 a 2018”, e a figura do magistrado também em alto relevo.

A homenagem ao desembargador Antonio Rulli Junior se deve pela importância de sua atuação jurídica e acadêmica no Brasil, em Portugal e nos Países de Língua Oficial Portuguesa, destacada pelo idealismo, pertinácia e determinação em busca da união e do compartilhamento de conhecimentos entre as escolas judiciais e da magistratura, em prol da formação e do contínuo aperfeiçoamento jurídico do Poder Judiciário, bem como pela importante participação nos programas e atividades do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) realizadas pela da Escola Superior a Magistratura Tocantinense (ESMAT), oferecendo-nos preciosos subsídios, dentre os quais a primeira versão do projeto acadêmico do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, aqui aprimorado e credenciado na Capes, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), tendo exercido a docência por mais de cinco anos consecutivos.

ESTRATO B4 DO QUALIS CAPES É A NOVA CONQUISTA DA REVISTA ESMAT

Grande conquista para a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, a Revista ESMAT recebeu enquadramento do Qualis no estrato B5 em março, e B4 em junho deste ano de 2017. As classificações são utilizadas para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação, e o sistema Qualis contribui para aferir a qualidade dos artigos e das revistas científicas. A Revista ESMAT, vinculada desde 2016 ao Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, passa também por outra etapa importante, qual seja, fase final de indexação na base de dados do Directory of Open Access Journals (DOAJ), importante fonte internacional que irá contribuir muito para a visibilidade do periódico.

Segundo Graziele Coelho, editora executiva da Revista, "Desde 2012 trabalhávamos para incluir a Revista ESMAT no padrão científico internacional, adotado pelas melhores revistas brasileiras, com o objetivo de elevar nosso estrato Qualis. Muitas mudanças foram realizadas nesse período. Conseguimos ajustar o processo editorial para alcançar exogenia de autores; exogenia do conselho editorial e corpo de pareceristas; editor científico; indexação em bases internacionais e nacionais; publicação semestral (mínima para aumento de estrato), dentre outros. Sem dúvida esse é um importante avanço", frisou a editora.

Editora

Por meio da Resolução nº 44, de 7 de dezembro de 2017, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier, oficializou a criação do projeto tão sonhado para a Esmat: a sua Editora própria. A Escola já pode trabalhar na promoção de publicação e socialização dos trabalhos acadêmicos, técnicos, históricos e culturais, consubstanciados na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e aprimoramento profissional.

SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR VISITA A ESMAT

Em outubro DE 2017, o superintendente do CEO-IESS, Luiz Augusto Ferreira Carneiro, e o advogado do IESS, Luiz Felipe Conde, visitaram a Escola. O intuito da visita foi o de firmar Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com vista ao intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura.

Na oportunidade, discutiram sobre o Congresso Jurídico que acontecerá em agosto, com a participação do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, que irá destacar importantes temas referentes à Saúde no Brasil, com destaque para a Saúde Suplementar. "É relevante estender o legado do desembargador Antonio Rulli, permitindo que o Copedem possa contribuir para a melhoria do sistema da saúde pública e privada", ressaltou Villas Boas.

DIRETOR ADJUNTO DA ESMAT RECEBE DIPLOMA DE ROTAMZEIRO HONORÁRIO

Em junho de 2017, o primeiro diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar Mendes Junior, foi homenageado em solenidade realizada no Batalhão de Polícia Militar de Rotam, em Goiânia-GO, com o Diploma de Rotamzeiro Honorário, com respectivo distintivo de 6º Homem de Equipe de Rotam. O Diploma foi entregue pelo tenente-coronel Newton Nery de Castilho, comandante do BPMRPTAM.

A Justiça Militar do Tocantins é a primeira do Brasil a trabalhar 100% com processo eletrônico, servindo de referência para o Superior Tribunal Militar e Tribunal de Justiça de Minas Gerais. "Profissionais dessas instituições estiveram no Tocantins para conhecer o nosso trabalho eletrônico e saíram impressionados com o resultado", finalizou o juiz Ribamar.

DIRETORES DA ESMAT PARTICIPAM DO X DIÁLOGO AMBIENTAL EM TARRAGONA

Realizado em junho de 2017, com o tema Estado de Direito Socioambiental – O Encontro de Soluções para as Crises Climáticas, Sociais e Jurídicas –, o evento contou com a participação do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, que, no Painel Ambiental, proferiu palestra com o tema O Estado Socioambiental de Direito na Constituição do Brasil.

Durante o Evento, o 3º diretor adjunto da Esmat, juiz Wellington Magalhães, apresentou artigo com o tema Eficácia da Mediação como Instrumento de Pacificação Social em Demandas de Grande Repercussão. A professora do Mestrado ESMAT/UFT, Angela Issa Haonat, também participou do Seminário, com o tema Aspectos Controvertidos na Legitimidade Ativa da Propositura da AIME. O Evento aconteceu em Tarragona com apoio do Centre d'Estudis de Dret Ambiental de Tarragona (CEDAT), na sede da Universitat Rovira I Virgili (URV).

30ª REUNIÃO CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO DA ESMAT

No dia 6 de junho de 2017, foi realizada a 30ª Reunião Virtual do Conselho Institucional e Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Na oportunidade, foi apresentada Minuta do Termo de Cooperação com a Escola Nacional da Magistratura (ENM). O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, ressaltou que "A parceria possibilitará o uso do sistema educação à distância para promoção de cursos conjuntos de nível nacional".

Entre outros assuntos, o desembargador Marco Villas Boas noticiou que estava sob análise a abertura de uma turma de Mestrado Profissional em Informática, ampliando a parceria da Esmat com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). "Sem dúvida esse será mais um grande investimento da Escola", finalizou o diretor geral.

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS TOMA POSSE NO TRE-TO

Durante a sessão solene para escolha da Mesa Diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), no dia 4 de julho de 2017, os membros elegeram o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, para presidir a Corte durante o biênio 2017-2019.

Em seu discurso de posse, Villas Boas elogiou o trabalho de sua antecessora, desembargadora Ângela Prudente, destacou os avanços da Justiça Eleitoral nos últimos anos e o aprimoramento das ações. Citou que, em 2005, o Tribunal iniciou a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade. “Em seguida, iniciamos a biometria e encerramos o biênio 2011-2013 com 36% de eleitores biometrizados. Recebo da minha antecessora um Tribunal melhor ainda. Temos muito trabalho pela frente. Muito nos preocupa a situação política pela qual passa o Brasil”, disse.

Composição

Além do presidente eleito, desembargador Marco Villas Boas, compõe a Corte a desembargadora Ângela Prudente, no cargo de vice-presidente, acumulando ainda as funções de corregedora eleitoral e diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) para o biênio 2017-2019. A Vice-Corregedoria ficará sob a condução da juíza federal Denise Drumond. A Ouvidoria Eleitoral, com o juiz membro Agenor Alexandre. À frente da Diretoria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) estará o juiz membro Henrique Pereira dos Santos.
Atuação

Villas Boas presidiu a Corte Eleitoral no biênio 2011-2013 e a Corregedoria Eleitoral durante os biênios 2005-2007 e 2013-2015.

DIRETOR ADJUNTO DA ESMAT PARTICIPA DO II CONGRESSO TOCANTINENSE DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

O diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar Mendes Junior, presidiu a Mesa da palestra apresentada pelo professor doutor Tarsis Barreto, no II Congresso Tocantinense de Ciências Criminais, no Auditório Cuica, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Palmas. A palestra teve como tema "O Futuro do Direito Penal". Durante a apresentação foram abordadas as principais tendências punitivas do sistema penal na atualidade e a crise das teorias legitimadoras da pena, bem como os desafios e perspectivas do Direito Penal brasileiro para os próximos anos.

Esta é uma iniciativa do Centro Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atendendo a uma exigência acadêmica e profissional de maior estudo científico sobre as Ciências Criminais, consideradas as principais tendências e correntes doutrinárias e jurisprudenciais acerca do Direito Penal e Processo Penal brasileiros.

DIRETOR GERAL DA ESMAT MINISTRA PALESTRA COM O TEMA "CRIMES CONTRA A DEMOCRACIA"

Em setembro de 2017, o desembargador Marco Villas Boas ministrou a palestra Crimes Contra a Democracia, no II Congresso Tocantinense de Ciências Criminais. O Evento se deu no Auditório Cuica, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Na ocasião, o desembargador frisou a importância de cada cidadão ter noção do valor do seu voto dentro do sufrágio, e a garantia que a Constituição dá aos cidadãos de exercerem sua liberdade de expressão. "Atualmente, nem todos os cidadãos estão engajados no processo político eleitoral, seja por apatia, por receio de pressões, ou por não se sentirem livres e seguros para se manifestarem, mas é preciso que eles saibam que a Constituição garante a liberdade de manifestação, para que todos possam interagir dentro do sistema democrático", explicou o diretor.

O professor doutor Tarsis Barreto, que faz parte da organização do Congresso, ressaltou que a presença do diretor da Esmat foi de grande valor para as discussões tratadas no Evento. "O desembargador possui um grande currículo tanto no âmbito profissional quanto no âmbito acadêmico, podendo proporcionar aos alunos uma boa reflexão acerca do assunto", comentou.

DIRETOR DA ESMAT É RECONDUZIDO À VICE-PRESIDÊNCIA DO COPEDEM

Em 11 de agosto de 2017, foi realizada, em Brasília-DF, a Assembleia Geral Extraordinária do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), onde os diretores das diversas escolas estaduais presentes se manifestaram a favor da eleição da Diretoria para o biênio 2017-2019, com a seguinte formação: Antonio Rulli Junior – presidente; Marco Anthony Steveson Villas Boas – vice-presidente; Eurico de Barros Correia Filho – 1º secretário; Paulo Kiyochi Mori – 2º secretário; Marcos Cavalcanti de Albuquerque – 1º tesoureiro; Fernando Tourinho de Omena Souza – 2º tesoureiro.

Na oportunidade, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi indicada como subsede do Colégio. “Sem dúvida essa escolha se faz pelo profissionalismo demonstrado pela Escola tocantinense”, ressaltou o presidente reeleito. Em sua fala, o desembargador Rulli esclareceu que, entre outros temas, a Assembleia buscava também a aprovação para a regularização da documentação necessária ao referendo a todos os atos praticados pelos gestores até a presente data. "Manifesto a importância permanente de constituir o Copedem como órgão nacional, que congrega as Escolas Estaduais dos Tribunais de Justiça e da Magistratura, expressando essa vontade perene por meio de eleição do corpo diretivo, em atendimento à Decisão Judicial emanada pela 45ª Vara Cível", frisou Rulli.

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS PUBLICA CAPÍTULO NO LIVRO MEMORIAL DE MINISTRO

O desembargador Marco Villas Boas é autor de um capítulo do Livro Memorial de Ministro – Catálogo Alfabético dos Ministros de Letras –, com a relação dos juízes de direito e desembargadores, de 1544 a 1822, coedição da Biblioteca Nacional de Portugal e do Copedem, Editora Clássica, Rio de Janeiro. O tema publicado foi Os juízes Portugueses e a Autonomia do Tocantins.

O livro foi encontrado na biblioteca do Mosteiro de Alcobaça, em Portugal. Seu estudo e sua transcrição duraram cerca de quatro anos, realizados pelo professor Nuno Camarinhas. A obra, coedição da Biblioteca Nacional de Portugal e do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), apresenta a relação dos juízes e desembargadores que judicaram no Brasil, de 1544 a 1822.

O Memorial conta com dois volumes, que totalizam 1.944 páginas, com a relação de 6.600 nomes de juízes e desembargadores, todos graduados na Universidade de Coimbra ou em outras da Europa, e escolhidos em concurso pelo rei de Portugal.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001

Em agosto de 2017, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) passou por auditoria interna, conduzida pelo coordenador de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça, José Eudacy Feijó Paiva, também consultor da implantação da ISO no Sistema de Gestão da Qualidade do Tribunal de Justiça do Tocantins. O trabalho orientou os gestores da qualidade para a próxima etapa, qual seja, a auditoria externa. Em setembro do mesmo ano, após análise cuidadosa e sistemática realizada em auditoria externa pelo auditor José Luiz Silva Junior, a Esmat teve confirmada a mantença da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008. A permanência da certificação é um sinal notório do amadurecimento do sistema de gestão pautado nos requisitos da norma, e garante que o dia a dia seja norteado dentro das práticas ideais, com eficiência e eficácia a todos os processos pertencentes à organização.

Para o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, a manutenção do certificado confirma o padrão de excelência dos serviços oferecidos aos magistrados e servidores. “Esta conquista é resultado do esforço diário de toda a equipe, que não mede esforços para oferecer a excelência em todas as ações efetivamente realizadas”, afirmou.

No início de 2018, a Escola iniciou o processo de migração do sistema de gestão da qualidade da versão ISO 9001:2008 para a versão ISO 9001:2015. Participaram do planejamento do processo de migração a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto, e os servidores Vinícius Fernandes Barboza e Júlio César Pereira de Oliveira, que contaram com o profissional Ivan Augusto Gonçalves, contratado para instruir o processo de migração.

O atual sistema de gestão da qualidade da Escola, certificado em setembro de 2015 com validade até setembro de 2018, tem como escopo a "Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores".

E foi em setembro de 2018 que a Esmat conquistou a recertificação da ISO 9001, norma internacional que atesta o padrão de qualidade dos serviços prestados. A recertificação, concedida após auditoria externa realizada pelo auditor Renato Anselmo Júnior do organismo de certificação QMS, validou a transição da ISO 9001:2008 para ISO 9001:2015.

A nova versão ISO 9001:2015 trouxe mudanças importantes que impactarão na qualidade dos serviços ofertados pela Escola. Segundo a diretora executiva, Ana Beatriz Pretto, "as mudanças serão significativas e irão impactar positivamente os serviços oferecidos pela Esmat, atendendo ao direcionamento estratégico da Escola em sua missão, qual seja, "Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores, em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional".

O documento emitido pela QMS enfatiza o cumprimento dos padrões e dos critérios da auditoria; além disso, foi registrado que o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Esmat continua atingindo os resultados pretendidos, sem o apontamento de "não conformidades", e encontra-se implementado com alto nível de maturidade.

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, a recertificação demonstra o compromisso da Escola com a satisfação de seu público-alvo e com a prestação de um serviço de excelência. "Esta conquista é o resultado do envolvimento de todos os nossos colaboradores em garantir que os serviços sejam realizados dentro das melhores práticas e de forma eficiente", disse o diretor.

PRESIDENTE DO TRIBUNAL FAZ ENTREGA OFICIAL DA NOVA SEDE DA ESMAT

A entrega oficial das novas instalações da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi realizada, em setembro de 2017, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins(TJTO), desembargador Eurípedes Lamounier.

As novas dependências da Escola, a qual tem uma área de 4.455m², contam com estrutura moderna para abrigar seis salas de aula equipadas, oito salas de estudo, estúdio para gravação de conteúdo para ensino à distância, laboratório de informática e auditório com capacidade para acomodar 200 pessoas. Já a biblioteca ganhou amplo espaço físico, e o acervo de livros foi expandido, agora são mais de 15 mil volumes para pesquisa.

"Dedicamos todos os esforços para viabilizar os investimentos necessários para essa mudança, em tempo recorde, pois somos conscientes de que somente um processo de formação contínuo e eficaz é capaz de proporcionar aos Recursos Humanos do Poder Judiciário o desenvolvimento intelectual capaz de oferecer à sociedade a prestação jurisdicional que ela anseia", afirmou o presidente do TJTO ao visitar o prédio.

Ressaltando a importância da Esmat para a sociedade, o diretor geral, desembargador Marco Villas Boas, disse que o aperfeiçoamento da Escola representa progresso e efetividade na jurisdição. "Além de promover a formação dos magistrados e servidores, a Escola oportuniza qualificação aos diversos atores do Sistema de Justiça. Continuaremos trabalhando para nos mantermos como referência em instituição de ensino corporativa", pontuou o diretor.

ESMAT DISPONIBILIZA MAIS DE 15 MIL LIVROS EM SUA BIBLIOTECA

São mais de 15 mil livros disponíveis para pesquisa e estrutura renovada para atender ao público na sede da Esmat. A Biblioteca é especializada em Direito, mas também possui obras não jurídicas que sirvam de apoio à atuação e administração do Poder Judiciário.

O acesso para estudo e consulta é livre a todos. O empréstimo domiciliar se restringe aos magistrados, servidores e estagiários do Poder Judiciário do Tocantins, e alunos da Esmat, durante o período do curso.

“Diariamente atendemos cerca de trinta pessoas. São acadêmicos de várias áreas e universidades diferentes, estudantes da própria Esmat (magistrados e servidores), pessoas da comunidade em geral, pesquisadores, professores e concurseiros”, explica a bibliotecária da Escola, Silvânia Melo.

Para concretizar o objetivo de se tornar uma delegada de Polícia Civil, Cláudia Taiara Santos concilia a rotina de estudos para o concurso com os conteúdos da reta final da faculdade de Direito. A busca por um local com o suporte ideal para as pesquisas levou a acadêmica à biblioteca da Esmat. “Escolhi a biblioteca da Esmat por ser totalmente completa; os livros que encontro aqui não há em outra localidade; no ano passado, quando fiz minha monografia, foi aqui que encontrei todos os autores que deram suporte à minha pesquisa”, afirmou Cláudia.

Referência na área jurídica, a biblioteca fez com que a universitária Elina Marta Prado também procurasse as dependências da Escola. “Na faculdade eu fiquei sabendo que a Esmat oferece cursos, uma biblioteca com vasto acervo, espaço e condições ideais para o estudo; tudo isso gratuitamente; resolvi conferir e estou gostando muito”, completou.

VISITA AO IESS DISCUTE PARCERIAS IMPORTANTES

Em viagem institucional a São Paulo, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, acompanhado da diretora executiva, Ana Beatriz Pretto, visitaram o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). O Instituto de Estudos de Saúde Suplementar firmou, em 2017, Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a Esmat, com vista ao intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura.

Na oportunidade, discutiram sobre o Congresso Jurídico que acontecerá em agosto, com a participação do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, que irá destacar importantes temas referentes à Saúde no Brasil, com destaque para a Saúde Suplementar.

“É relevante estender o legado do desembargador Antonio Rulli, permitindo que o Copedem possa contribuir para a melhoria do sistema da saúde pública e privada”, ressaltou Villas Boas.

CONHEÇA A BIBLIOTECA DIGITAL DA ESMAT

LIVROS, ARTIGOS DE PERIÓDICOS, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

A esmat dispõe de mais uma novidade para os usuários interessados em conteúdos atualizados, a *Biblioteca Digital ProView*™, uma plataforma que reúne um acervo inicial com mais de 800 obras da Editora Revista dos Tribunais e *Fiscosoft*, com atualização mensal e lançamentos de novos títulos e novas edições.

Segundo Cynthia Aires, secretária do acervo patrimonial e bibliográfico da Escola, "a biblioteca da Esmat é conhecida por ser atualizada e oferecer diversas opções de conteúdos para magistrados, servidores e público interno; porém, existia uma lacuna, a de atender às comarcas, por uma questão de logística; então, investimos num acervo digital que estaria disponível para todos, indistintamente".

O acesso está disponível para magistrados e servidores, por meio da Intranet do Tribunal de Justiça do Tocantins, e permite a pesquisa por autor, título, palavra-chave, e o download de grande parte dos conteúdos. Outra plataforma é a *RT Online*, que já oferece artigos de periódicos, jurisprudência, legislação. São 24 revistas, mais de 15 mil novos acórdãos dos principais tribunais do País, selecionados pela equipe editorial RT, todos ementados, titulados e inter-relacionados.

ENFAM RECONHECE EQUIVALÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES REALIZADO PELA ESMAT

Em junho de 2018, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) publicou a Portaria nº 01, que estabelece a equivalência dos cursos do Programa de Formação de Formadores promovidos pelas Escolas Judiciais e de Magistratura, credenciados pela Enfam, no período de 2012 a 2018. No artigo 1° da Portaria nº 01 estabeleceu-se a equivalência do curso de Formação de Formadores (Turmas I e II), realizado pela Esmat: XIV – Curso de Formação de Formadores, com carga horária de 110 horas-aula, realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), ao Nível 1 do Curso de Formação de Formadores da Enfam, com carga horária de 80 horas-aula; e ao Nível 2 do Curso de Formação de Formadores da Enfam, com carga horária de 30 horas-aula; XV – Curso de Formação de Formadores – Turma II –, com carga horária de 124 horas-aula, realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), ao Nível 1 do Curso de Formação de Formadores da Enfam, com carga horária de 80 horas-aula; e ao Nível 2 do Curso de Formação de Formadores da Enfam, com carga horária de 44 horas-aula.

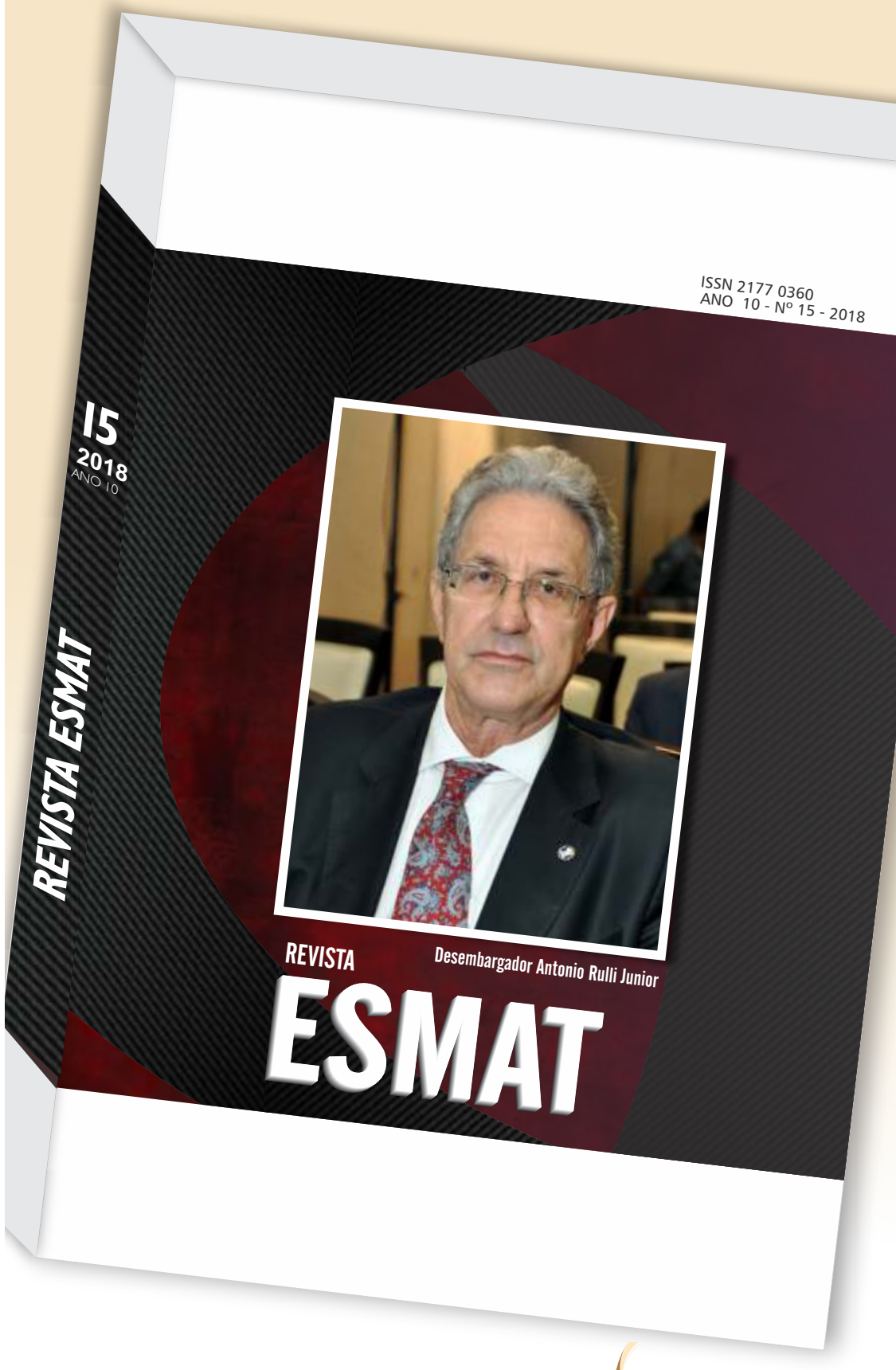
Para o 3º diretor adjunto da Esmat e coordenador do curso de Formação de Formadores, juiz Welligton Magalhães, "A equivalência é importante porque teremos nossos formadores, magistrados e servidores cadastrados no Banco Nacional de Formadores da Enfam".

NOVA EDIÇÃO DA REVISTA ESMAT HOMENAGEIA DESEMBARGADOR ANTONIO RULLI JUNIOR

O Lançamento da 15ª Edição da Revista ESMAT, teve um significado especial ao Judiciário Tocantinense, à comunidade acadêmica nacional e ao corpo editorial que participou de sua elaboração. Homenageou, em sua capa, o desembargador Antonio Rulli Junior, ex-presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e editor honorário vitalício do periódico científico, falecido em 2018.

Com importante atuação jurídica e acadêmica, destacada pelo idealismo, pertinácia e determinação na busca da união e do compartilhamento de conhecimentos entre as escolas judiciais e da magistratura, e também autor de vários artigos e livros, Rulli participou de inúmeros Seminários e Congressos como conferencista. Um homem da renascença, profissional inigualável no fino trato, nos modos gentis e no grande amor pelo conhecimento. Era um líder nato, pelo afeto, pela sua sólida formação profissional e humana e também pela sua capacidade estratégica e política.

A Revista reconhece seu intrépido esforço na produção e disseminação do conhecimento, pela sua brilhante carreira à luz da Justiça. Também, nesta Edição, celebra a satisfação em dar continuidade ao padrão do periódico. Oferece 75% de artigos com exogenia, artigos estes provenientes de outros estados e países. A Edição conta com artigos de doutores ilustres advindos do México, Portugal, Espanha e França. A cada exemplar publicado, potencializa-se o nível do periódico, dentro dos parâmetros da Capes, com vista à elevação no Estrato Qualis.



DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS É CONDECORADO COM A MEDALHA ORDEM DO MÉRITO DO EMPREENDEDOR JUSCELINO KUBITSCHECK

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, foi condecorado com a Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitscheck, no grau Comendador, a mais alta condecoração da Academia Brasileira de Honrarias ao Mérito, mantida pelo Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo (CICESP). A entrega da Medalha foi realizada em sessão solene, no Palácio do Congresso Nacional, Auditório Nereu Ramos, em de abril de 2018.

A honraria é assinada pelo Senhor Comendador Regino Barros, presidente do Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo (CICESP), que mantém a Abrahm. Na Comenda, o desembargador é reconhecido por suas qualidades, mérito de honra, dignidade, caráter e espírito empreendedor, comprometido com o desenvolvimento sustentável e a divulgação dos nobres valores em seu concorrido mercado.

Além do diretor da Esmat, receberam a honraria o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto e o presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito de Pedro Afonso, Jairo Mariano.

CANDIDATOS A ESTÁGIO PARA O NACOM PARTICIPAM DE PROCESSO SELETIVO NA ESMAT

Cento e setenta universitários se inscreveram para participar do processo seletivo para novos estagiários que atuarão no Núcleo de Apoio às Comarcas (NACOM).

Foram ofertadas quatorze vagas para o período matutino. O estágio oferecido visa tanto à experiência prática quanto ao desenvolvimento acadêmico. Os candidatos realizaram a primeira etapa do processo com a aplicação da prova objetiva e da prova de sentença, realizada na sede da Escola Superior da magistratura Tocantinense. A segunda etapa aconteceu com a realização das entrevistas.

Das quatorze vagas oferecidas, duas serão para estagiários remunerados com bolsa-auxílio. As demais serão voltadas ao exercício de estágio voluntário.

DIRETOR GERAL DA ESMAT É ACLAMADO PRESIDENTE DO COPEDEM

O desembargador Marco Villas Boas foi aclamado, em fevereiro de 2018, presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). A Assembleia Geral Extraordinária, que aconteceu em São Paulo, reuniu diretores das Escolas da Magistratura de diversos estados do Brasil. Marco Villas Boas já acompanhava as atividades do Colégio como vice-presidente. Sempre ao lado do desembargador Antonio Rulli, os dois trabalharam em prol das Escolas da Magistratura no Brasil. "Esse é mais um dos grandes desafios propostos. Recebo com honra essa difícil função de substituir o tão querido e comprometido saudoso desembargador Rulli", ressaltou o novo presidente. Participaram também dessa reunião o desembargador Helvécio Maia e a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PAULO HOMENAGEIA DIRETORES DA ESMAT E DO COPEDEM

A Câmara de Vereadores de São Paulo, por iniciativa do vereador Caio Miranda, homenageou com o título Salva de Prata Pessoa Jurídica, em comemoração aos serviços prestados à cidade de São Paulo, o Copedem e o desembargador Antonio Rulli Junior. Quem recebeu a honraria foi o novo presidente, desembargador Marco Villas Boas. Também foram homenageados os desembargadores Marco Villas Boas e Helvécio de Brito Maia Neto e a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto, pelos relevantes serviços prestados na formação e aperfeiçoamento de magistrados.

"Esse foi um momento de grande importância para o Copedem, por sua história e especialmente pelo reconhecimento do sério trabalho desenvolvido em prol das Escolas da Magistratura em todo o Brasil, ressaltou Marco Villas Boas".

41ª REUNIÃO DO CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

A 41ª Reunião do Conselho Institucional e Acadêmico da Escola foi realizada em setembro de 2018, na Escola, e aberta pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral e presidente interino do Conselho, que destacou o compromisso da alta gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e da Escola Superior da Magistratura Tocantinense com a qualidade e a melhoria contínua dos processos educacionais e com a prestação jurisdicional, e ressaltou que, "sempre com transparência e seriedade, estão comprometidos os gestores, notadamente o senhor presidente, desembargador Eurípedes Lamounier, com a instituição e o Poder Judiciário".

A Reunião, entre outros temas discutidos, contou com a participação da servidora Lily Sany S. Leite, que apresentou aos membros do Conselho os projetos de inovação tecnológica da Esmat, demonstrando a inovação relacionada ao Cenário Virtual do Estúdio Esmat, que possibilitará a utilização de cenários diferentes para cada atividade de ensino, podendo ser customizado de acordo com o tema de cada curso; e as novas funcionalidades do sistema Secretaria Acadêmica Virtual, que irão agilizar os mecanismos de gerenciamento de dados acadêmicos por parte dos servidores da Secretaria Acadêmica, no quesito usabilidade das ferramentas do sistema.

Participaram da reunião, além do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, a primeira diretora adjunta – Conselho Editorial, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe; o segundo diretor adjunto – Conselho de Cursos, juiz José Ribamar Mendes Júnior; o terceiro diretor adjunto – Conselho de Autos Estudos e Pesquisa Cientíica, juiz Wellington Magalhães; a presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins, juíza Julianne Freire Marques; o diretor geral do Tribunal de Justiça do Tocantins, Francisco Alves Cardoso Filho; e a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Preto.

CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO

O diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar Mendes Júnior, participou, em Joinville/SC, do Congresso Luso-Brasileiro de Direito Constitucional Comparado, em setembro de 2018. Tratou-se de um evento internacional, voltado a juristas, alunos de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado.

O evento contou com a participação de palestrantes, todos doutores ou doutorandos, nacionais e internacionais, de elevado nível acadêmico e reconhecimento no meio, com publicações na área. Os temas do Congresso estavam voltados ao Direito Constitucional, com ênfase em Direito Comparado e abordagens de extrema atualidade.

Ministraram palestra durante o Congresso, os magistrados José Sebastião Fagundes Cunha (TJ/PR) e Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo (TJ/RJ); e os professores das universidades de Coimbra e Lisboa Jonatas Machado, Pedro Trovão do Rosário e Alex Sander Xavier Pires.

DIRETOR GERAL DA ESMAT PRESTIGIA COMEMORAÇÃO DOS 31 ANOS DA ESMAPE

A Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE) celebrou os seus 31 anos com uma grande solenidade. O desembargador Marco Villas Boas prestigiou o evento. Na programação de abertura, foi outorgada a Medalha de Honra ao Mérito Juiz Aluiz Tenório de Brito, destinada a homenagear pessoas físicas e jurídicas nacionais pelos relevantes serviços prestados à Escola, e a Medalha Desembargador Antônio Rulli Junior, comenda destinada a diretores e ex-diretores de escolas judiciais e da magistratura, com destaque pelo trabalho na área educacional.

O diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, foi homenageado com a Medalha Desembargador Antônio Rulli Junior. “É uma honra participar desta importante data festiva para a Esmape, uma Escola vocacionada ao ensino e de grande reconhecimento nacional. Esta Medalha não é apenas importante por seu significado, mas também por levar o nome de tão honrado magistrado e amigo querido que será para sempre lembrado”.

DIRETOR SUCEDE JURISTA NA ACADEMIA INTERNACIONAL DE JURISPRUDÊNCIA E DIREITO COMPARADO

A Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado (AIJDC) recebeu, em setembro de 2018, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, como novo confrade da Academia, em solenidade realizada no Rio de Janeiro.

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas passou a ocupar a cátedra de número 88, que pertenceu ao jurista e doutrinador Caio Mário da Silva Pereira, autor das Instituições de Direito Civil, cujo patrono é o jurista Mozart Victor Russomano, doutrinador na área do Direito do Trabalho. A posse ocorreu no Museu da Justiça; na oportunidade, teve o diretor geral da Esmat, Marco Villas Boas como orador.

Na programação, ocorreu também o “Seminário de Gestão Judiciária” promovido pela Academia. Entre os palestrantes presentes estiveram os desembargadores Nagib Slaibi Filho (TJ-RJ); José Igreja Matos e Nuno Miguel Coelho (Justiça de Portugal); o juiz federal Antonio César Bochenek (PR); e o conselheiro José Mouraz Lopes, do Tribunal de Contas de Portugal.

Na oportunidade, foram outorgadas às autoridades a Medalha Comemorativa aos 15 anos da Esmat "Antonio Rulli Junior".

TRIBUNAL PLENO ELEGE MESA DIRETORA PARA GESTÃO 2019-2021

A sessão do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, realizada no dia 4 de outubro de 2018, foi marcada pela eleição da nova Mesa Diretora do Judiciário Tocantinense. Por unanimidade, o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto foi eleito presidente para a gestão do biênio 2019-2021. Também eleitos por unanimidade, os desembargadores Ângela Prudente, Vice-Presidência; João Rigo Guimarães, Corregedoria-Geral da Justiça; Etelvina Maria Sampaio Felipe, Vice-Corregedoria; Moura Filho, Ouvidoria Judiciária.

Durante a sessão também foram escolhidos os diretores geral e adjunto da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O desembargador Marco Villas Boas e a desembargadora Etelvina Sampaio foram reconduzidos aos cargos respectivamente, mais uma vez por unanimidade da Corte da Justiça tocantinense. Já a Coordenação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de 2º Grau ficará sob a responsabilidade do desembargador Eurípedes Lamounier, e a desembargadora Jacqueline Adorno foi indicada como membro do Conselho da Magistratura Tocantinense, do qual já são membros natos o presidente, vice-presidente, corregedor-geral da justiça e vice-corregedor.

Em relação às comissões permanentes, a eleição definiu que desembargadores Marco Villas Boas, Jacqueline Adorno, Maysa Vendramini e Ângela Prudente (suplente) farão parte da Comissão de Regimento e Organização Judiciária. Na Comissão de Jurisprudência e Documentação, foram eleitos os desembargadores Jacqueline Adorno, Ângela Prudente, Maysa Vendramini e Eurípedes Lamounier (suplente). Na Comissão de Seleção e Treinamento, farão parte os desembargadores Marco Villas Boas, Ângela Prudente, Eurípedes Lamounier e Maysa Vendramini (suplente). E a Comissão de Sistematização terá os desembargadores Eurípedes Lamounier, Maysa Vendramini, Etelvina Maria Sampaio Felipe e Moura Filho (suplente).

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS É RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR GERAL DA ESMAT

O Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sua sessão ordinária, realizada no dia 4 de outubro, aprovou, por unanimidade, a recondução do desembargador Marco Villas Boas ao cargo de diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, e a desembargadora Etelvina Sampaio Felipe ao cargo de primeira diretora adjunta da Escola.

"Espero continuar fazendo jus a essa confiança e prosseguir com os grandes projetos em andamento", ressaltou o desembargador Marco Villas Boas.

Em sua gestão como diretor geral da Esmat por quatro biênios consecutivos, conseguiu o credenciamento da Escola no Conselho Estadual de Educação, passando a ministrar cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* para magistrados e servidores. Mediante convênio com a Universidade Federal do Tocantins, implantou, na Esmat, o primeiro Mestrado Profissional, do Brasil, em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, para aperfeiçoamento de magistrados e de servidores; implantou também o Sistema de Qualidade ISO 9001 na instituição; firmou convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com o Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da mesma Universidade.

Atualmente a Esmat tem seu Conselho Institucional e Acadêmico composto pelos nomes: desembargador José de Moura Filho, presidente do Conselho; desembargador Marco Villas Boas, diretor geral; desembargadora Etelvina Sampaio Felipe, 1ª diretora adjunta – Conselho Editorial; juiz José Ribamar Mendes Júnior, 2º diretor adjunto – Conselho de Cursos; juiz Wellington Magalhães, 3º diretor adjunto – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica; juíza Julianne Freire Marques, Asmeto, e Francisco Cardoso, diretor geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

REALIZADA EM BRASÍLIA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COPEDEM

O Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) reuniu, em Brasília/DF, no Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, Escola de Administração Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, a Comissão Executiva do Colégio, presidida por seu presidente e também diretor da Esmat, o desembargador Marco Villas Boas.

Participaram da reunião, o desembargador Edvaldo Pereira Moura, vice-presidente e diretor administrativo; desembargador Eurico de Barros Correia Filho, 1º secretário; desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza, 2º tesoureiro; e o coordenador de estudos internacionais da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE), juiz de direito Silvio Romero Beltrão.

COPEDEM FIRMA TERMO DE COOPERAÇÃO COM O ICPJ – PORTUGAL E ESMAT É BENEFICIADA

O presidente do Copedem e diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, assinou, em Portugal, importante convênio com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), instituição científica vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que irá beneficiar Escolas de Magistratura do Brasil.emais escolas judiciais e da magistratura integrantes do Copedem, interessadas, poderão aderir ao Termo ora firmado.

O objetivo é estabelecer a presente cooperação técnica, acadêmica e científica, bem como o intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, nas áreas em que haja interesse manifesto, pelos meios indicados a seguir: intercâmbio de docentes e pesquisadores; implementação de projetos conjuntos de pesquisa; promoção de eventos científicos, sociais e culturais; intercâmbio de informações; promoção de publicações acadêmicas em conjunto; atuação em programas de pós-graduação lato e stricto sensu; intercâmbio de informação relativa a suas organizações, estruturas e funcionamento; institucionalização de grupos de estudo e pesquisa na área de Direito; participação em cursos, minicursos, congressos ou outros eventos educacionais; promoção de missão de pesquisa e missão de estudos recíprocos.

DIRETOR PARTICIPA DA ABERTURA OFICIAL DE CURSO EM PORTUGAL

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, cumpriu agenda em Portugal e participou da abertura oficial do curs o“Desenvolvimento Socioeconômico e o Direito dos Contratos”, Programa de Treinamento e Pesquisa em Direito, da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE). As atividades ocorreram na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP).

Na abertura, além do diretor geral da Esmat, estiveram presentes o doutrinador de Direito Civil e professor Antonio Menezes Cordeiro; o diretor geral da Esmape, desembargador Jones Figueirêdo Alves; e o presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo. Foram oferecidas sessenta vagas para magistrados, servidores e operadores do Direito de todo o País.

CORREGEDOR É APROVADO EM MESTRADO DE LISBOA

O corregedor-geral da justiça do Estado do Tocantins, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, defendeu em Lisboa, a dissertação de seu mestrado científico em Direito Constitucional, com o tema “A Modulação Temporal dos Efeitos das Decisões do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Constitucionalidade e de Inconstitucionalidade no Brasil”. O desembargador foi aprovado pela Faculdade de Direito de Lisboa e teve como orientador o professor português doutor Jorge Reis Novais e coorientadora a professora doutora Gisela Maria Bester.

O Mestrado em Lisboa visa consolidar conhecimentos já adquiridos e promover estratégias tendentes a uma investigação séria, exaustiva e crítica, dotando os alunos de instrumentos e metodologias indispensáveis ao tratamento juscientífico dos temas abordados por cada uma das áreas do saber jurídico.

Para Maia, é a concretização de mais um sonho, ao longo da sua jornada profissional. Ressaltou que "a academia será sempre o ambiente propício às reflexões, aprendizados e compartilhamentos, por isso, externo sinceros agradecimentos aos membros da banca, pelo desvelo na condução da arguição e engrandecimento dos debates, assim como aos orientadores, que contribuíram de forma significativa para esta vitória".

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, prestigiou a apresentação.

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS RECEBE TÍTULO DE CIDADANIA TOCANTINENSE

No dia 4 de dezembro de 2018, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, recebeu o título de cidadão tocantinense em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Após receber o título das mãos da presidente da Casa, deputada Luana Ribeiro, o desembargador discursou representando todos os homenageados.

"Esta solenidade é singela e significativa. Ao receber a relação dos homenageados e a cada leitura destes nomes vieram sentimentos e lembranças de tudo o que realizamos juntos em prol da implantação e desenvolvimento deste Estado, desde os seus primeiros dias, e me veio à mente a máxima Pauliana de fé, esperança e caridade, e com a sua observação de que o mais importante é a caridade. Ela implica amor, solidariedade, aproximação, aconchego, irmandade, inclusão, sentimento de comunidade, de ideias comuns de desejos comuns e de uma busca de ideais que são muito preciosos a todos e, por isso, devem ser valorizados. É realmente uma grande honra e um privilégio receber este título no momento em que o Tocantins comemora os seus 30 anos. Faço uma menção especial, um gesto em homenagem ao propositor de meu título, o deputado Raimundo Moreira, que sempre foi uma pessoa querida de quem guardo grandes lembranças. É sempre uma referência ética e moral que deve nos inspirar na vida pública. Deixo minha homenagem também ao Parlamento. É aqui nesta casa de Leis onde verdadeiramente acontece a construção do processo democrático".

O desembargador foi prestigiado por sua família, esposa e filhos; pela diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto, ao lado dos servidores da Escola Superior da Magistratura Tocantinense e pelos servidores do seu gabinete no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

ESMAT OUTORGA A MEDALHA COMEMORATIVA AO ICJP– PORTUGAL

Foi outorgada pelo diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, em Portugal, a Medalha "Desembargador Antonio Rulli Junior", comemorativa aos 15 anos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), ao Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) como reconhecimento por sua contribuição para a construção do conhecimento, o incentivo às boas práticas e a dedicação acadêmica voltada à pesquisa científica, à disseminação do conhecimento e ao aprimoramento da prestação jurisdicional, em atendimento ao princípio constitucional da eficiência, do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e do Brasil.

A Medalha foi entregue à presidente do Instituto, a professora doutora Maria Luísa Duarte.

DIRETOR GERAL DA ESCOLA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ VISITA A ESMAT

Estiveram em visita técnica na Esmat o diretor geral da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Fernando Lopes e Silva Neto, acompanhado do diretor geral do Tribunal de Justiça do Piauí, Paulo Silvio Mourão Veras; da diretora acadêmica da EJUD, Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro; e da coordenadora pedagógica da Escola, Lucillene Carvalho. Recebidos pelo desembargador Marco Villas Boas, a equipe participou de uma reunião de apresentação a respeito das principais atividades da Escola.

O diretor da EJUD, desembargador Fernando Lopes, ressaltou que "Sempre tive interesse em conhecer a Esmat, pois, em todas as visitas realizadas, fui orientado a visitar o Tocantins por ser esta uma das principais referências no Brasil. Sem sombra de dúvida, posso, agora, confirmar a teoria", falou o desembargador. Após a reunião, a equipe, acompanhada da diretora executiva, Ana Beatriz Pretto, e das assessoras Maria Luiza Nascimento e Débora Galan assistiram ao vídeo institucional da Esmat, visitaram todas as dependências desta e tiveram acesso ao quadro de profissionais da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

DIRETOR RECEBE REPRESENTANTES DA ENFAM

O desembargador Edson Luiz Vidal Pinto e a servidora Ana Lourdes Vilela, que fazem parte da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), estiveram em visita à Esmat. O desembargador Marco Villas Boas desejou as boas-vindas aos visitantes e falou sobre a Escola e seu funcionamento depois da Certificação ISO 9001:2008.

Vilela agradeceu em nome da Enfam pela excelente recepção e ressaltou que "o propósito da visita é o de acompanhar a realização de cursos credenciados na Escola Nacional, como, neste caso, o de Gestão Judiciária, e assim verificar sua aplicação para possíveis orientações, e, com isso, permitir o recredenciamento da Esmat na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados".

DIRETOR DA ESMAT RECEBE PRESIDENTE DA EDITORA FÓRUM

O desembargador Marco Villas Boas recebeu, na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o editor-presidente da Editora Fórum, Luis Claudio Rodrigues Ferreira. Acompanhou a visita o professor doutor Tarsis Barreto, editor científico da Revista ESMAT.

A Editora Fórum foi criada em 1992 e se tornou um selo editorial em 2001. Nesse período, já foram publicados mais de 3.000 títulos, sendo o conjunto da obra composto por mais de 2.200 autores. Além disso, é a Editora que mais publica periódicos no País, atualmente com o expressivo número de 46 Revistas.

DIRETOR GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DE PERNAMBUCO VISITA A ESMAT

Com o intuito de conhecer a estrutura e as inovações tecnológicas desenvolvidas pela Esmat, o diretor geral da Escola Judicial de Pernambuco, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, acompanhado do chefe do Núcleo Audiovisual, Gleber Novais, visitaram a Escola.

"Fomos recomendados pelo presidente do nosso Tribunal, o desembargador Leopoldo Raposo, que teve a oportunidade de visitar este Estado, para que viéssemos conhecer a estrutura e toda a tecnologia desenvolvida pela Esmat. A tecnologia aplicada, o espaço físico da biblioteca, a Revista ESMAT e como ela é feita, sua captação de artigos e com o enquadramento no estrato B4 do Qualis, tudo é de impressionar. Precisaríamos ver e relatar essa condição para a nossa escola, para que também pudéssemos nos aperfeiçoar nesse campo da tecnologia".

CURSOS PRESENCIAL E A DISTANCIA

TÉCNICAS E FERRAMENTAS ANALÍTICAS DESTINADAS AO GERENCIAMENTO DE INCERTEZAS É TEMA EM CURSO ANÁLISE DE CENÁRIOS

A tomada de decisão estratégica requer análise assertiva de cenários. Em um período de mais incertezas, esta análise torna-se uma tarefa particularmente complexa. Municiar os profissionais com ferramentas analíticas para o gerenciamento de incertezas permite às empresas mais eficácia na projeção de cenários, na definição de estratégias e na tomada de decisões.

Pensando nisso é que a Esmat realizou, em março de 2017, o curso Análise de Cenários, que teve como objetivo proporcionar aos participantes os conceitos e métodos para elaboração do processo prospectivo, especificamente a construção de cenários, como instrumento de exploração de futuras possibilidades, bem como desenvolver uma visão sistêmica de cenários de incerteza que possam impactar nas atividades desenvolvidas. Servidores, gestores e profissionais envolvidos com Planejamento Estratégico e Gestão do Judiciário Tocantinense, alinhado com o Projeto Gestão por Competência, fizeram parte do grupo de participantes do curso, que foi ministrado pela mestra em Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento, Armelle Nicole Anne Marie Decaup.

CENTRO DE IDIOMAS DA ESMAT

No início de 2017, a Escola deu continuidade ao projeto “Centro de Idiomas”, com as turmas de Inglês Intro, Inglês Avançado, Inglês Instrumental, Espanhol Intermediário, Inglês Básico e Francês Básico. Para a servidora Gisele Polidoro, “Quando a Esmat abriu as inscrições para o curso de Inglês, vi a chance de voltar a estudar e concluir o que fizera, uma vez que era compatível com o meu horário de trabalho, e a Escola fornecia o material gratuitamente; fiz o teste de proficiência e iniciei-o. As aulas são ótimas e o material excelente; um curso destes ajuda o servidor a ampliar seus horizontes, tendo a oportunidade de ler livros em outro idioma, conhecer outras culturas. Você se sente valorizado como servidor”, ressaltou a assessora jurídica de 1ª instância lotada no Gabinete da 5ª Vara Cível de Palmas, a qual faz parte da Turma de Inglês Avançado.

I CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO

Magistrados e servidores participaram das atividades do I Curso de Formação de Instrutores da Oficina de Parentalidade e Divórcio, realizado em fevereiro de 2017. A ação foi idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como política pública de prevenção e resolução dos conflitos familiares, e teve como principal objetivo a capacitação de instrutores.

A coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), juíza Umbelina Lopes, ressaltou a importância da iniciativa. "É mais um investimento nas políticas de promoção da cultura de paz e do diálogo. Incentivamos as boas práticas parentais estimulando as famílias a entenderem os efeitos do conflito de modo diferente", afirmou.

DROGAS ILÍCITAS "TRÁFICO X USO": PARÂMETROS TÉCNICOS E NOÇÕES PRÁTICAS

O curso, realizado em março de 2017, contou com a participação de magistrados, servidores e assessores de desembargadores e de juízes das Varas Criminais e do Juizado Especial da Infância e Juventude da Comarca de Palmas. O objetivo do curso, coordenado pelo desembargador João Rigo Guimarães, foi o de proporcionar aos magistrados e servidores que trabalham diretamente com os processos criminais conhecimentos referentes aos tipos de drogas ilícitas, seus efeitos e riscos, gerando consciência social e percepções sobre o assunto.

O responsável por aplicar o conteúdo programático foi o delegado de polícia Guilherme Rocha Martins, titular da Delegacia Especializada na Repressão a Narcóticos (DENARC/PCTO), especialista em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (SENASP). Segundo o professor, "Quem fez o curso vai ter como se utilizar de presunções relativas de condutas que, corroboradas e analisadas no caso concreto, vão facilitar a análise judicial mais justa e coerente de tráfico ou de uso, dando mais segurança jurídica ao processo penal".

SERVIDORES DA ESMAT PARTICIPAM DO CURSO ANÁLISE COMPARATIVA DA NBR ISO 9001

A realização do curso Análise Comparativa da NBR ISO 9001, realizado em abril de 2017, além de propiciar aos servidores da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) a identificação de oportunidades de melhoria nos serviços prestados diretamente ao jurisdicionado, ofereceu também metodologia necessária para aperfeiçoar os serviços da Instituição por meio do estudo e entendimento das variações de requisitos normativos, referentes aos processos de crescimento e amadurecimento do seu sistema de gestão da qualidade.

Para o auditor sênior, Ivan Augusto Gonçalves, "O curso ofereceu uma visão abrangente sobre as principais adequações necessárias ao atendimento da nova ISO 9001". Destacou, ainda, a importância da compreensão sobre a gestão de riscos, integrando-a, a partir da implementação dos requisitos da ISO 9001:2015, em cada um dos processos da Escola.

ARAGUAÍNA SEDIA CURSO DE PRÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO

O objetivo do curso foi o de capacitar o aluno a vistoriar, organizar e controlar os equipamentos dos sistemas de combate a incêndio, mantendo-os em condições de operação; coordenar taticamente as ações de combate a incêndio; ser capaz de tomar as decisões mais acertadas diante de situações de emergência, utilizando os equipamentos de forma correta nas ações para sua sobrevivência. O responsável pela aplicação da disciplina foi o professor Antônio Luiz Soares da Silva, pós-graduado em Gerenciamento de Segurança Pública, pela Universidade Estadual de Goiás.

Lotado na 3ª Vara Cível de Araguaína, o servidor Elias Mendes Carvalho ressaltou que "A iniciativa veio em uma boa hora, porque eu não tinha noção de como agir em casos de emergência, incêndios e sinistros; tenho certeza de que o que aprendemos aqui será de grande valia".

“TREINO DURO, LUTA FÁCIL”

Servidores e magistrados lotados na Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Tocantins, participaram, na sede da Esmat, da atividade “Treino Duro, Luta Fácil,” com foco no alinhamento da equipe com a meta organizacional, por meio da formação do time de alta performance, para trabalharem com motivação e determinação, a fim de garantir qualidade nas ações em desenvolvimento.

Para a coordenadora do projeto, a servidora Glacielle Torquato, “é importante garantir o foco, a disciplina e a motivação da equipe, o que repercute diretamente na prestação de serviços com qualidade, celeridade e eficiência, por meio do uso de técnicas para planejar, de maneira eficaz e estruturada, de forma mais focada e objetiva, as atividades pertinentes à Corregedoria.”

A atividade foi ministrada por Tudy Vieira, administradora especialista em Planejamento e Gestão Empresarial.

PRIMEIRA TURMA DO CURSO PRÁTICO DE DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA PARA MAGISTRADOS

O Curso Prático de Direção Defensiva e Evasiva para Magistrados apresentou temas específicos; associou dirigibilidade e segurança pessoal; imprimiu técnicas aprimoradas de direção e segurança em situações de alto risco; e transmitiu conhecimentos desde a orientação geral e preparação do veículo até a melhoria do nível de habilidades práticas no domínio do veículo e evasão tática em situações de emboscada, retaliações ou tentativas de sequestro.

“O cenário atual requer ação imediata do Poder Judiciário, a fim de preparar os magistrados para lidar com situações de risco, até mesmo na direção veicular, a fim de que eles tenham mais segurança”, essas são palavras da coordenadora do curso, juíza Julianne Marques, presidente da ASMETO.

O juiz Roniclay Alves de Moraes, participante do curso, frisou que “Essa atividade foi extremamente importante para a segurança dos magistrados. Durante as aulas, são treinadas situações que podem acontecer no dia a dia, mas que sem as técnicas passadas no curso jamais seriam, por nós, executadas”.

ESMAT REALIZA CURSO EXCEL BÁSICO

Servidores do Poder Judiciário Tocantinense, lotados na Diretoria Administrativa, Diretoria de Gestão de Pessoas e Centro de Educação Infantil, participaram do curso Excel Básico realizado com o objetivo de aperfeiçoar conhecimentos relativos ao sistema, fazendo uso das habilidades específicas do programa enquanto ferramenta de cálculo e manipulação de dados, de acordo com procedimentos técnicos e segurança.

No curso os alunos tiveram uma visão dos principais comandos, guias, opções e formatações; aprenderam também, a vincular pastas de trabalho, criar fórmulas nas quais o resultado dependerá de determinados argumentos, inserir imagens, criar e editar regras de formatação condicional, criar uma pasta-modelo para uso posterior, entre outros recursos. As aulas foram ministradas pelo servidor Neuton Pereira Melo Junior, com graduação em Bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é desenvolvedor de sistemas da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

CURSO DE REDAÇÃO OFICIAL

Com o objetivo de melhorar a interpretação e elaboração de documentos oficiais (ofícios, relatórios e outros), que levem os servidores a produzir textos com clareza e precisão de ideias, foi realizado o curso de Redação Oficial aos servidores do Poder Judiciário Tocantinense, lotados nas Diretorias do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral, Centro de Educação Infantil e Escola Superior da Magistratura Tocantinense. As aulas foram ministradas pela professora Maria Ângela Barbosa Lopes, licenciada pela "Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, em 1975. Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação Português/Francês e Respectivas Literaturas".

Para o servidor Valdeir Santana, "Foi de suma importância a oferta deste curso, pois vem ao encontro das necessidades de padronização dos documentos internos do Tribunal de Justiça, no que tange ao emprego das normas e regras gramaticais; a facilidade de a professora transmitir o conhecimento e as dicas por ela apresentadas têm-nos ajudado na edição dos documentos oficiais e alinhamento dos conteúdos".

CURSO DIREITO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO

Para o coordenador do projeto e diretor adjunto da Esmat, juiz Wellington Magalhães, a ação surgiu ao se considerar "A grande demanda de ações envolvendo conflitos fundiários no estado do Tocantins; e, pela inexistência de uma vara especializada para tais fins é que se justifica a realização do curso Direito Agrário Contemporâneo, o qual contribui para o aperfeiçoamento de magistrados e servidores quanto às questões e demandas inerentes ao Direito Agrário; a proposta se desenvolve como reflexão a partir do curso Aspectos Históricos e Atuais do Direito Agrário, realizado e credenciado na Enfam (2016), porém com um novo formato que contempla até três partes interdependentes", ressaltou o coordenador. O curso, realizado em maio de 2017, foi dividido em três módulos, sendo: Módulo I – Conflitos Agrários no Estado do Tocantins e a Atuação das Instituições do Sistema de Justiça; Módulo II – Perícia em Questões Agrárias; e Módulo III – Questões Fundiárias e Registros Notariais. As atividades contaram com a participação de magistrados, procuradores, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados.

TREINAMENTO DEFENSIVO NA PRESERVAÇÃO DA VIDA MÉTODO GIRALDI – TURMA II

A segunda turma do curso Treinamento Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi – foi realizada em maio de 2017, no Clube de Tiro de Palmas. O objetivo da atividade foi o de desenvolver técnicas de segurança pessoal, tendo em vista a necessidade de fornecer aos magistrados participantes conhecimentos que os auxiliem na garantia de sua integridade física e lhes proporcione, consequentemente, mais segurança e tranquilidade em suas atividades judicantes. As aulas foram ministradas por Márcio Gavioli – instrutor do curso Formação Técnica e Profissional para Agentes de Polícia e Escrivães de Polícia.

Para o juiz José Ribamar Mendes Júnior, coordenador do curso e diretor adjunto da Esmat, "No Poder Judiciário Tocantinense têm magistrados em situação de risco que são atendidos por escolta militar. Por isso, é muito importante essa realização".

TÉCNICA LEGISLATIVA É APRESENTADA EM CURSO

Qualificar a atuação dos participantes no tocante à elaboração de textos normativos, relatórios e pareceres, mediante noções básicas de técnica legislativa foi o objetivo da realização do curso, que aconteceu na sede da Esmat, em maio. As aulas foram ministradas pelo professor André Leandro Barbi de Souza, especialista em Direito Político, que abordou temas, como: Capacitação, tópicos o processo legislativo e o estado democrático de direito; Noções fundamentais de legística e técnica legislativa: definições e localização do tema no direito positivo; Normas federais, estaduais e regimentais pertinentes à elaboração de atos normativos; Normas jurídicas: tipologia e hierarquia legal; Elaboração de atos normativos: etapas e cuidados especiais; Ato normativo: formato, articulação e técnica redacional; Alteração e consolidação das leis e de outros atos normativos; Elaboração de relatórios e pareceres: regras fundamentais. Para a servidora Sheila Nascimento, analista judiciária, o curso "Foi de grande importância, pois trouxe conhecimento da ciência da legislação, com enorme pertinência à atividade desenvolvida pela Corregedoria, a qual é responsável pela elaboração de diversos atos normativos".

CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO – TURMA IV

Voltado para servidores que atuam no atendimento ao público em uma das Unidades Jurisdicionais do Poder Judiciário Tocantinense, o curso foi concebido com a finalidade de abordar e ensinar aos servidores conhecimentos, habilidades e atitudes pessoais e profissionais necessárias para o atendimento ao público com qualidade e excelência, expressando-se de forma clara e adequada aos contextos e características socioculturais, respeitando os princípios éticos e estéticos em todos os pontos de contato.

Empreendido na modalidade à distância, as aulas foram ministradas pelas professoras Adriana Magna S. da Silva Ramalho e Esffânia Gonçalves Ferreira Pereira, com transmissão para as 42 comarcas do Estado, e com atividades de interação e avaliação desenvolvidas via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA (PPA)

Um momento para pensar a aposentadoria como etapa da vida que merece ser planejada. Esse foi o ponto de partida para início das atividades do Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA). A abertura da programação foi realizada em junho de 2017 e reuniu magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO).

Leodânia Schaedler Ponce servidora da comarca de Peixe participou das palestras e oficinas do Programa e ressaltou, "Tenho 31 anos de prestação jurisdicional e avalio essa iniciativa como um sinal de cuidado do Judiciário para com os servidores. Essa preparação é importante porque nos ajuda a lidar com o futuro. Estou vivendo enquanto trabalho e quero viver ainda mais depois de me aposentar".

Em 2018 foi realizada a 4ª Edição do Programa. A palestra "Sonho de uma Vida – Aposentadoria: Como se preparar para viver sem culpa e se sentir merecedor?", ministrada pela palestrante Evanuzia Luzia de Oliveira, mestre em Psicologia Social, foi realizada no auditório da Esmat, e deu início aos cinco dias de programação voltada a servidores e magistrados.

O encerramento foi marcado por aulas com pilates, hidroterapia e muita informação sobre saúde, bem-estar e alimentação. Durante toda a semana foram realizadas diversas atividades com o intuito de familiarizar os servidores com o tema e prepará-los para essa nova fase.

Iniciativa do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas, o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) é desenvolvido no Estado, desde 2015. Para o presidente do Tribunal, desembargador Eurípedes Lamounier, é de extrema importância o trabalho dos servidores do Judiciário, neste projeto, como colaboradores para a sociedade. "A aposentadoria é um momento de continuidade da realização profissional, e o Programa oferece aos participantes segurança, tranquilidade e auxílio técnico para a realização de projetos futuros", ressaltou o presidente.

EQUIPE ESMAT PARTICIPA DO CURSO GESTÃO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Os servidores da Esmat atuam o ano inteiro na realização de cursos de formação e aperfeiçoamento. Em junho de 2017, foi a vez deles receberem o investimento em capacitação e qualificação para o aprimoramento de suas atividades. O curso Gestão da Educação Corporativa foi estruturado com o propósito de preparar os servidores para a concepção e desenvolvimento de programas e projetos de educação corporativa coerentes com a complexidade do contexto corporativo, pautados pela visão estratégica da Instituição, suas demandas e necessidades, de maneira a contribuir com o desenvolvimento das competências necessárias ao alcance das metas do planejamento estratégico da Escola.

As aulas foram ministradas pela professora doutora Marisa Pereira Eboli, referência da área no Brasil. "A Educação Corporativa envolve diversos campos disciplinares e tem por objetivo desencadear processos de ensino-aprendizagem focados nas demandas da Instituição, de forma a alinhar o desenvolvimento do capital humano às estratégias institucionais. As mudanças recentes levam as instituições a implantarem sistemas educacionais que privilegiem o desenvolvimento de atitudes, posturas e habilidades. Em um ambiente corporativo demanda-se um colaborador e, além das competências técnicas, outras qualidades, como independência, autonomia, criatividade, capacidade de comunicação e de iniciativa", frisou a ministrante.

CURSO TEORIA E PRÁTICA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA

A primeira turma do curso foi realizada no período de 1º de setembro de 2017 a 26 de janeiro de 2018, na modalidade à distância, via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, com o objetivo de desencadear ações, por meio da preparação de Projetos de Pesquisa com ênfase em Estudo de Caso, no âmbito do Poder Judiciário, e fixar diretrizes para que servidores e magistrados estudem temas que venham melhorar a prestação jurisdicional. Foram ofertadas 180 vagas para servidores (efetivos, comissionados e servidores de outros órgãos à disposição do Tribunal de Justiça), magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, alunos dos cursos de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu* da Esmat e os servidores dos órgãos parceiros da Escola. A segunda turma teve início no segundo semestre de 2018, e as atividades serão encerradas em janeiro de 2019.

Para o diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar, "o processo de implantação de cursos voltados a atividades de altos estudos e pesquisa científica da Esmat, além de proporcionar a consolidação das pesquisas já em andamento, tem em vista garantir uma formação interdisciplinar, baseada no aperfeiçoamento e capacitação dos magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense", ressaltou.

MAGISTRADOS E SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO ENEAGRAMA

Com o objetivo de desenvolver nos participantes o autoconhecimento e aperfeiçoamento de habilidades de Gestão de Pessoas, tornando-os mais conscientes da influência que exercem no desempenho das equipes de trabalho, é que magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, especialmente os juízes coordenadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), e diretores de Foros participaram do curso Eneagrama que aconteceu nos meses de agosto, outubro e novembro de 2017.

Em 2018, três novas Turmas foram abertas e atenderam também a servidores. Realizado em três etapas, as atividades abordaram: na primeira, o conceito de personalidade; os elementos para autodiagnóstico de personalidade e os elementos de crescimento; na segunda, o conceito de instinto ou subtipo e os elementos para desenvolvimento pessoal; na terceira, os padrões respiratórios, as virtudes e ideias sagradas, a personalidade e essência e o eneagrama e meditação. A atividade foi ministrada por Cláudia Maria de Melo, especialista em Eneagrama, pelo IESh, de Fortaleza; Coach, pela Sociedade Brasileira de Coach, de São Paulo; e por Domingos Cunha, fundador do Instituto Eneagrama Shalom, membro fundador da Associação Brasileira de Eneagrama, onde exerceu a função de presidente da Associação Brasileira de Eneagrama (IEA – Brasil).

CURSO FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Com o objetivo de capacitar os juízes de direito em conciliação e mediação, com vista à consolidação da Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos, no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense, é que a Esmat realizou, em setembro de 2017, o curso Formação em Políticas Públicas em Conciliação e Mediação. Curso este credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), nos termos da Portaria nº 140. Durante o curso, foram explanados os temas: Cultura de Paz e Métodos de Solução de Conflitos; e Aspectos Legais e Procedimentos acerca da Mediação e Conciliação.

Para o mestre em Direito Econômico Social, Roberto Portugal Bacellar, que ministrou o tema Cultura de Paz e Métodos de Solução de Conflitos, "É relevante a participação dos juízes neste curso, uma vez que essa atividade é reflexiva o tempo todo. Refletimos aqui sobre qual é o nosso papel na sociedade, não só como juiz julgador de casos, mas também que sabe lidar com a complexidade de outros conflitos. A mediação, a conciliação, a negociação são formas de um juiz demonstrar que, planejando, ele consegue articular estes conhecimentos e achar a solução adequada para o conflito, que não seja sempre a solução adjudicada judicial por uma sentença. Muitas vezes, a sentença é necessária, mas sempre que esta não for, o juiz tem de encontrar uma solução que faça sentido para as pessoas".

CURSO NOVO PROCESSO CIVIL TEORIA E PRÁTICA

Ministrado pelo doutor e mestre em Direito Processual Civil, pela Universidade Federal do Paraná, juiz federal Vicente de Paula Ataíde Junior, o curso oportunizou 595 vagas a magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense. Com turmas na modalidade EaD e presencial, as atividades do curso foram divididas em cinco módulos: Introdução ao Novo CPC – o novo modelo de processo civil democrático e Tutela Provisória; Processo de Conhecimento; Recursos e Precedentes; Cumprimento de Sentença; e Processo de Execução baseada em Título Executivo Extrajudicial.

O novo Código de Processo Civil foi aprovado (Lei nº 13.105, de 2015) e entrou em vigor no dia 18 de março de 2016. Todo o sistema de Justiça Civil deverá se adaptar ao novo modelo processual. Diante disto o objetivo do curso foi o de propiciar um panorama sobre as principais alterações ocorridas no sistema processual civil com a nova codificação.

“Sabemos as dificuldades de muitos profissionais de se deslocarem de suas cidades para realizar o curso em Palmas. Essa é sem dúvida uma grande oportunidade que a Esmat oferece usando sua tecnologia de ponta para que todos possam se qualificar e conhecer as inúmeras novidades que precisam ser implementadas, exigindo uma capacitação completa para todos aqueles que atuam no processo civil, tanto em primeiro como em segundo graus”, ressaltou o magistrado Esmar Custódio Vêncio Filho, coordenador do projeto.

CURSO DE GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS DE SOFTWARE COM SCRUM

O gerenciamento ágil de projetos é uma tendência mundial que cresce ano a ano desde o lançamento do Manifesto Ágil. Dentre os processos ágeis existentes, o Scrum é um dos que têm maior destaque. Refere-se a uma metodologia ágil para gestão e planejamento de projetos de software. Com a utilização do scrum, o modelo proposto para o desenvolvimento de software tem o objetivo de possibilitar entregas em menor tempo e com mais valor agregado para o cliente. Realizado em 2017, as aulas foram ministradas pelo instrutor e desenvolvedor Lucas Takeshi Rodrigues Palma, e contou com a participação de 21 servidores da área de tecnologia da informação do Tribunal de Justiça do Tocantins.

ESCOLA REALIZA O CURSO FORMAÇÃO DE FORMADORES

A Turma II do curso Formação de Formadores teve como público-alvo magistrados e servidores atuantes no planejamento e execução de ações de formação de juízes, preferencialmente os que irão ministrar aulas na Pós-Graduação de Prática Judiciária do Programa de Residência e os egressos das Pós-Graduações *Lato* e *Stricto Sensu*. O curso teve como finalidade capacitá-los como formadores, objetivando o desenvolvimento contínuo de competências profissionais referentes à docência e à organização do trabalho pedagógico de formação de magistrados. Os módulos dessa turma aconteceram em outubro, novembro e dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018.

Na oportunidade da realização do curso, foi lançado o Livro "Platão e a Dialética", do professor doutor César Nunes, que contou com a participação dos alunos e do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas. "Escrever um livro é um ato de esperança de que os amigos, as amigas, as pessoas, enfim, possam ler e estabelecer um diálogo profundo, que nasce da alma e a ela retorna! Escrever um livro sobre o Amor, a natureza do Amor, é um convite a todas as pessoas celebrarem a vida! Venham partilhar comigo desse momento de celebração. Um livro só se realiza quando é acolhido, lido, incorporado", ressaltou o autor César Nunes.

CURSO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA PREGOEIRO, ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA E ELABORAÇÃO DE EDITAIS

O curso aconteceu com o fito de analisar o regime jurídico aplicável à modalidade do Pregão na forma presencial e eletrônica, bem como a elaboração de Editais e Termos de Referência à luz da Legislação e do Tribunal de Contas da União. O conteúdo programático do curso apresentou temas como: Formação e Capacitação de Pregoeiro, Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público; Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços. As aulas foram ministradas por Lúcio Antônio Frezza Costa, professor da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP); da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); da Escola do Ministério Público do Trabalho (MPT); da Escola do Ministério Público Federal (PGR/MPF).

RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO

O curso foi disponibilizado para servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins que exercem função de escrivão judicial. As aulas aconteceram com o objetivo capacitar os servidores acerca dos conceitos básicos de Precatórios e RPV; Retenção de Tributos sobre Precatórios; Prática no Preenchimento do Alvará Eletrônico e Guia de Depósitos Judiciais, buscando seu aperfeiçoamento na busca da eficiência, eficácia e efetividade dos atos processuais, resultando em qualidade na prestação jurisdicional.

O juiz José Ribamar Mendes Junior, diretor adjunto da Esmat, ressaltou que, “Diante do início da operacionalização de ferramenta eletrônica, faz-se necessário capacitar e orientar os escrivães judiciais, em virtude de novos procedimentos a serem adotados pelo Tribunal de Justiça, concernentes à aplicação das retenções de tributos (contribuição previdenciária e imposto de renda) sobre precatórios e RPV, bem como para auxiliar no preenchimento de formulário do Alvará Eletrônico e guias de Depósitos Judiciais”.

CURSO FORMAÇÃO DE CONCILIADOR ACONTECE NA ESCOLA

Em outubro de 2018 foi realizado o curso básico Formação de Conciliador que teve como objetivo capacitar os participantes em conciliação, com vista à consolidação da Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos, no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense. Com carga horária de 116 horas-aula, o curso foi dividido em sete módulos. As aulas foram realizadas na modalidade presencial e à distância, sendo todas transmitidas via satélite para as 42 comarcas do estado do Tocantins.

As atividades de ensino teórico foram realizadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat, já as atividades práticas e de estágio foram realizadas nos CEJUSCs das respectivas comarcas. O curso contou com a participação de mais de 250 alunos, dentre eles servidores e estagiários do Tribunal de Justiça; professores e acadêmicos das faculdades conveniadas com o Poder Judiciário Tocantinense; e bacharéis em Direito, Serviço Social, Psicologia e Administração de Empresas.

FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA II

Capacitar os participantes para atuarem como facilitadores e multiplicadores das práticas restaurativas, com enfoque teórico e prático, a fim de estruturar o programa restaurativo implementado pelo Tribunal de Justiça, bem como atuarem nos projetos Agentes da Paz e Aplicação de Círculos Restaurativos nas ações penais; este foi o objetivo do curso Formação de Facilitadores Restaurativos – Turma II.

O curso contou com a participação de magistrados e servidores que atuam nas Varas Criminais e de Execução Penal; Vara de Combate à Violência Doméstica; Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA); Juizados da Infância e Juventude e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs); e também com operadores do direito; assistentes sociais; psicólogos; pedagogos; e professores das universidades e faculdades conveniadas com o Poder Judiciário.

CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO É TEMA DE CURSO

“Comunicamo-nos no trabalho, em casa, no lazer, em reuniões espirituais. Em todo tempo estamos transmitindo mensagens, e o nosso propósito é fazer com que nossa comunicação trabalhe a nosso favor em todas as circunstâncias. Para as pessoas que se apresentam em público, seja em reuniões ou palestras, elas precisam utilizar recursos visuais para tornar sua apresentação mais atrativa, daí a necessidade de conhecer esses recursos e de saber manuseá-los”, frisou a diretora de Gestão de Pessoas, Juliana Alencar.

O curso foi disposto nos anos de 2017 e 2018 para servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins com a finalidade de promover aos participantes constantes melhorias no processo de articulação no desenvolvimento, não só das relações internas – mas também institucional –, por meio da comunicação com os setores e demais ambientes corporativos, de modo a aprimorar a comunicação e expressão verbal, zelando pela boa imagem profissional e institucional.

Ministrou o curso a professora Evanuzia Luzia de Oliveira, mestre em Psicologia Social, pela Católica de Goiás; especialista em Gestão de Pessoas, pela UFRJ; graduada em Psicologia, Católica Goiás; formada em Coaching: Life Coaching, Executive Coaching e Master Coaching.

CURSO PRÁTICO SOBRE GESTÃO JUDICIÁRIA PARA MAGISTRADOS

Em 2018, várias etapas do curso Gestão Judiciária ocorreram na Esmat. Em março e abril, os magistrados tiveram acesso aos conhecimentos referentes à liderança, ao manuseio do e-Proc e compartilhamento de boas práticas em Gestão Judiciária, como complementos práticos dos conteúdos ministrados. O curso Gestão Judiciária – Prática – foi ministrado pelos professores Gertrudes Silva Gomes Vieira e Ângelo Stacciarini Seraphin. No encerramento, os magistrados Cledson José Dias Nunes, Luatom Bezerra, Adelino de Lima e Manuel de Faria Reis Neto apresentaram o Workshop Boas Práticas em Gestão Judiciária.

Para uma das coordenadoras do curso, Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, "a atividade surgiu com a necessidade de complementação da parte prática do curso Gestão Judiciária realizado anteriormente. Buscou-se contextualizar ações e comportamentos fundamentais na atuação dos juízes gestores, a fim de contribuir para o desenvolvimento do trabalho a ser desenvolvido em suas respectivas Varas e/ou Diretorias".

O juiz Océlio Nobre, também coordenador do curso, ressaltou que "a atividade buscou contextualizar ações e comportamentos fundamentais na atuação dos gestores, a fim de contribuir para o desenvolvimento do trabalho a ser desenvolvido em suas respectivas Varas e Diretorias, com eficiência e eficácia, zelando pela organização de sua estrutura e dos processos de trabalho, gerindo pessoas e adotando medidas inovadoras".

CURSO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O curso aconteceu em novembro de 2017, com o propósito de apresentar os itens mais importantes da Instrução Normativa, mostrando o novo modelo de contratação de serviços, com foco na fase de planejamento das contratações, seleção do fornecedor, métrica da fiscalização técnica, assim como no gerenciamento dos riscos inerentes à contratação, proporcionando fundamentais conhecimentos aos servidores, que serão objeto de aplicação nas contratações que envolvam terceirização no Tribunal de Justiça do Tocantins.

Ministrado pelo professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Luiz Claudio de Azevedo Chaves, o curso contou com a participação de servidores das Diretorias do Poder Judiciário que atuam com os Processos de Contratação de Terceirização dos Serviços.

SERVIDORES DA ESMAT PARTICIPAM DO CURSO BRIGADA DE COMBATE A INCÊNDIO

Durante dois dias, os servidores da Escola participaram de aulas práticas e teóricas sobre Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros, ministradas pelo bombeiro militar, o subtenente Rogério de Sousa.

As atividades foram empreendidas com o propósito de estabelecer critérios para apresentação de processos de segurança contra incêndio e pânico, nas edificações ou áreas de risco, em atendimento à Lei de Segurança Contra Incêndio e Pânico; permitir a transmissão de conhecimentos específicos do fogo, equipamentos e técnicas de combate a incêndios; e possibilitar pronta ação em caso de sinistro.

MAGISTRADOS PARTICIPAM DE TREINAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO BANCO DE MONITORAMENTO DAS PRISÕES

Magistrados participaram de um treinamento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para implantação do Banco Nacional de Monitoramento das Prisões – BNMP 2.0 –, no Tocantins. A abertura da atividade aconteceu em março, na Escola, e contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier, e do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas. O treinamento de magistrados do Poder Judiciário vem sendo realizado em todo o País. No Tocantins, a meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é implantar o sistema, no período de sessenta dias, em todas as comarcas do Estado, com competência para a matéria (varas criminais e de execução penal, além das varas cíveis que porventura determinem a prisão de pessoas). O curso foi ministrado pelos juízes auxiliares da presidência do Conselho Nacional de Justiça, Marcelo Mesquita e Maria de Fátima Alves.

CURSO APERFEIÇOAMENTO OPERACIONAL DO SISTEMA SIAFE-TO

Os servidores lotados na Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Tocantins participaram do curso SIAFE-TO, que visou capacitá-los no processo de operação do Sistema, a ser implantado no estado do Tocantins ainda este ano.

As atividades foram ministradas pela professora Monica Ferreira Ramineli, especialista em Controladoria e Finanças pela Instituição: Faculdade Moraes Júnior – Mackenzie Rio. As aulas apresentaram conteúdos tópicos, como: Procedimento Contábil, Evento Contábil, Operação Patrimonial, Cadastro de Pessoas Físicas, Cadastro de Contratos e Convênios, Cadastro de Despesa de Exercício Anterior, Procedimentos Contábeis, Obras e Instalações, Folha de Pagamento, Relatórios de Sistema, e outros.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Aprimorar os conhecimentos dos participantes acerca de contratos administrativos, preparando-os para atuar com sucesso na preparação, gestão e controle dos procedimentos relacionados à gestão dos contratos administrativos, assim como entender as peculiaridades desses instrumentos, apoiados em doutrina e jurisprudência atualizadas, nas melhores técnicas e numa visão prática do problema, foi o objetivo do curso Gestão e Fiscalização de Contratos, realizado nos dias 4 e 5 de junho de 2018.

Participaram do curso os servidores lotados na Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Financeira, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Infraestrutura e Obras, Diretoria do Centro de Comunicação Social, Controladoria Interna, Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos, e Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

CURSO FORMAÇÃO DE TUTORES EaD

De janeiro a abril de 2018, a Esmat realizou o curso Formação de Tutores EaD com o objetivo de capacitar magistrados e servidores do Poder Judiciário para atuarem como tutores nas atividades de ensino realizadas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – Plataforma Moodle. O curso foi dividido em dois módulos: Módulo I – Planejamento e Estruturação de Curso na plataforma Moodle; Módulo II – Fundamentação Teórica em EaD. As aulas foram ministradas pelos professores especialistas Jadir Oliveira e Lily Sany Leite, servidores da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

ESMAT REALIZA O CURSO MÉTODO DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (MASP)

Realizado na sede da Esmat, o curso teve como finalidade capacitar os servidores do Tribunal de Justiça , a fim de que sejam capazes de identificar problemas, usando a metodologia MASP e as ferramentas básicas de melhoria da qualidade no processo de análise e solução de problemas, a fim de facilitar a tomada de decisão e a aplicação da melhoria contínua nos processos, desenvolvendo competências relativas à qualidade das atividades na Instituição.

As aulas foram ministradas pela doutoranda em Ciências da Educação, Magda da C. Oliveira, mestre em Ciências da Educação; especialista em Administração Educacional, Matemática, Docência do Ensino Superior e Gestão Pública.

CURSO OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA VINCULADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A utilização da conta-depósito vinculada ao contrato, bloqueada de movimentação por parte da contratada, é um procedimento de fiscalização de contratos obrigatório para os Tribunais e Conselhos desde 2009, por ocasião da edição da antiga Resolução nº 98 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente substituída pela Resolução nº 169, de 2013, com alterações promovidas pela Resolução nº 183, de 2013.

O curso Operacionalização da Conta Vinculada pela Administração Pública: planejamento e gerenciamento e alterações em questão, surgiu a partir da necessidade apresentada pela Diretoria Administrativa e atendeu os servidores do Poder Judiciário Tocantinense, lotados em Palmas, com atuação na Diretoria Geral, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Financeira, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Infraestrutura e Obras, Diretoria Administrativa, Controle Interno, Corregedoria Geral de Justiça e Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

No âmbito do Poder Executivo Federal, a conta vinculada foi introduzida e passou a ser obrigatória após a publicação da Portaria. O procedimento passou a ser uma alternativa para as Administrações ao lado do novo procedimento chamado de pagamento pelo fato gerador.

SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO GESTÃO DE MUDANÇAS

Ministrado pela mestra em Psicologia Social, Evanuzia Luzia de Oliveira, abordou temas como: Dinâmicas e Estratégias para a Mudança e Construção de Paradigmas, o curso Gestão de Mudanças teve como propósito orientar os servidores do Poder Judiciário Tocantinense no entendimento, liderança e gestão dos processos de mudança nas instituições, analisando os aspectos mais importantes envolvidos na mudança em culturas organizacionais diversas.

Para a palestrante, “as mudanças e reestruturações passaram a fazer parte integrante da vida das Instituições que têm e terão ainda muitas vezes no futuro de realizá-las para se renovar e poder responder aos novos desafios da prestação de serviço com qualidade à sociedade brasileira. Todas essas mudanças acabam gerando importantes reestruturações, novas formas de trabalho, novas competências e nova organização das pessoas. Para se obter sucesso na implantação de processos de mudanças organizacionais e reestruturação nas Instituições, é necessário o desenvolvimento de ações que favoreçam a adesão das pessoas às mudanças, de planejamento e de controle”, finalizou.

MICROSSISTEMA DAS PENAS ALTERNATIVAS NO TOCANTINS E PERSPECTIVAS CRIMINOLÓGICAS DE TERCEIRA GERAÇÃO

Discutir o microssistema de penas criminais alternativas nos seus aspectos pragmáticos de funcionamento, com base no modelo criminológico de terceira geração das inter-relações sociais, especialmente quanto à teorização da criminologia clínica de inclusão social, esse é o objetivo do Colóquio Microssistema das Penas Alternativas no Tocantins e Perspectivas Criminológicas de Terceira Geração, que ocorreu na Esmat com transmissão ao vivo para as 42 comarcas do Estado.

Na programação, o magistrado Ricardo Gagliardi, um dos ministrantes do Evento, apresentou alguns dados do estado do Tocantins relacionados ao microssistema de penas alternativas. Ministraram o Evento: o doutor em Psicologia Clínica, Alvino Augusto de Sá; o chefe do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, com Pós-Doutorado na Universidade do País Vasco, Sérgio Salomão Shecaira; e o especialista em Criminologia, mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Ricardo Gagliardi.

O Colóquio fez parte da concretização de uma das ações do Projeto de Nucleação, de grupo de pesquisa, do Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, e oportunizou a divulgação das produções acadêmicas em andamento e as já conclusas desenvolvidas pelos mestrandos.

CURSO DIREITOS HUMANOS É REALIZADO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA COM VAGAS PARA TODO O BRASIL

A Esmat iniciou em agosto de 2018, por meio da modalidade de ensino à distância, o curso Direitos Humanos que contou com a participação de magistrados de diversos estados do Brasil. O curso foi realizado em cooperação com o Colégio de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), Escola Nacional da Magistratura (ENM) e Associação de Magistrados do Brasil (AMB).

As aulas foram gravadas no estúdio da Esmat e disponibilizadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola. Em sua apresentação de boas vindas, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas ressaltou que "o curso Direitos Humanos é para todos os juízes que desejam aperfeiçoar os conhecimentos em busca da efetivação dos direitos humanos. Os juízes têm papel determinante na sociedade, não apenas de resolver problemas de cada processo individual, mas também de atuar de forma efetiva na pacificação social e na solução de grandes problemas que cercam o homem da pós-modernidade".

O presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, também saudou os participantes matriculados no curso. Professores renomados ministraram as aulas do curso, como: César Aparecido Nunes, Eduardo Carlos Bianca Bittar, César Augusto Baldi, Valério de Oliveira Mazzuoli, Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Marcelo Ribeiro, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves e Carla Amado Gomes.

CAPACITAÇÃO SOBRE FUNDAMENTOS DAS DECISÕES JUDICIAIS

O curso Fundamentos das Decisões Judiciais foi ministrado pelo professor pós-doutor em Direito, pela Universidad de León/Espanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Tiago Gagliano Pinto Alberto. O projeto foi voltado para magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense e servidores dos órgãos parceiros com atuação no Núcleo de Apoio às Comarcas (NACOM).

O objetivo geral da formação foi o de despertar nos participantes uma reflexão sobre as estratégias lógico-argumentativas usadas nas decisões judiciais, aprofundando o conhecimento e utilização dos conteúdos referentes aos seus fundamentos, até mesmo com a efetivação de trabalhos práticos a serem realizados para treinamento. Durante a capacitação, foi trabalhada a compreensão das diversas linhas do pensamento jurídico, quais sejam, tradicionais e contemporâneas, e a revisão dos vários modelos argumentativos já existentes, juntamente com a sua aplicação no contexto de uma decisão judicial. A problemática das decisões judiciais em conexão com os ambientes conflituosos intra e extraprocessuais também foi abordada, buscando o desenvolvimento da compreensão crítica e a capacitação dos profissionais ao exercício consciente e democrático de suas funções.

CURSO ZIMBRA É PROMOVIDO PELA ESMAT

Realizado com a finalidade de atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins em decorrência dos serviços de implantação e suporte técnico aos usuários, o curso Zimbra abrangeu todo o conteúdo *basic e advanced*, homologado para implementação e gestão eficaz da ferramenta.

O curso foi dividido em duas turmas e contou com a participação de dezessete servidores da área de TI, lotados na Diretoria de Tecnologia da Informação do TJTO e da Esmat. As aulas aconteceram na sede da Escola e foram ministradas por Leonardo Marangoni, graduado em Sistemas de Informação, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A busca pela eficiência nas contratações governamentais tornou-se um desafio para a Administração Pública. Debate-se, nesses mais de vinte anos da Lei nº 8.666, de 1993, como garantir a economicidade e qualidade dos gastos. Nessa linha, a capacitação dos servidores responsáveis por licitar, acompanhar ou fiscalizar as obras públicas é essencial, uma vez que este objeto guarda características peculiares em relação aos demais. Cada obra pública representa produto único: o solo é específico; o projeto é exclusivo; a mão de obra tem produtividade distinta; e as condições de execução dependem de cada especificação técnica.

E com o objetivo de apresentar os principais conceitos, práticas, ferramentas e jurisprudência, a fim de assegurar aos participantes que, ao final do treinamento, possam aplicar todo o conjunto de conhecimentos adquiridos para o sucesso da conclusão de qualquer Obra Pública, é que a Esmat realizou, nos dias 30 e 31 de outubro, o curso Licitações e Contratações de Obras e Serviços de Engenharia. Realizado na modalidade presencial, o curso contou com a participação de vinte e cinco servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins, e foi ministrado por Cláudio Sarian Altounian, autor dos livros Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização; RDC na Prática e a Contratação Integrada e Governança Pública, o Desafio do Brasil, em parceria com o ministro João Augusto.

CURSO GESTÃO ÁGIL DE REQUISITOS DE SOFTWARE

Servidores lotados na Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça e da Esmat, com conhecimento básico em Gestão de Projetos participaram, em setembro de 2018, do curso Gestão Ágil de Requisitos de Software. As aulas foram ministradas pelo mestre em Engenharia de Software, do Instituto de Pesquisas Tecnológica (IPT), Evandro Moreira Pinto.

Durante os três dias, os participantes se prepararam para atuar na gestão de requisitos, identificando as necessidades do negócio e garantindo a eficácia e eficiência nos projetos de desenvolvimento de sistemas.

SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO GESTÃO DE PESSOAS

Desenvolver a competência gestão de pessoas para promover habilidades na aplicação de métodos, políticas, técnicas e práticas definidas, com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano na instituição é que a Esmat realizou, o curso Gestão de Pessoas, em setembro de 2017 e abril de 2018. Os participantes puderam estudar um pouco sobre Comportamentos de Alta Performance – Comunicação humana –; Roda das Competências da Liderança – sessão de coaching em grupo –; Níveis neurológicos: Robert B. Dilts; Processos de feedback: dar e receber; Como elaborar um plano de desenvolvimento para o subordinado; e demais temas que compõem o conteúdo programático do curso. As atividades foram ministradas pela mestre em Psicologia Social, Evanuzia Luzia de Oliveira. "O essencial para gerir pessoas é compreender o comportamento humano, lidar com suas diferenças, saber dar e receber feedback para o desenvolvimento dessas competências, e traçar um plano de desenvolvimento", frisou a mestre.

Para a servidora Simone Langhinotti, do Juizado Especial Criminal da Comarca de Porto Nacional, "Essa foi uma grande oportunidade para nos reciclarmos. Oportunidade única para conhecermos técnicas que poderemos aplicar em nosso dia a dia. Como gestora, passamos a ver tudo de forma diferente e a perceber que muitas coisas são possíveis de ser implementadas em nosso ambiente de trabalho, e isso poderá mudar essa imagem desgastada que muitas vezes a sociedade tem de nós".

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SINTETIZADO E RESUMIDO PONTO A PONTO

Centenas de profissionais acompanharam em todo o Estado o curso Novo Código de Processo Civil Sintetizado e Resumido Ponto a Ponto, realizado em duas etapas na modalidade telepresencial pela Esmat em maio de 2018. O curso é ministrado pelo doutor em Direito, Antônio Cláudio da Costa Machado, que e em conversa com a comunicação Esmat ressaltou que "nesses últimos anos a grande alteração jurídica realizada no Brasil foi a criação do Novo Código de Processo Civil, aprovado em 2015 e em vigor desde 2016. Esta é a segunda maior Lei Brasileia em volume com 1.072 artigos. É difícil nos atualizarmos por ser muito volumosa e é por isso que, passados dois anos de sua entrada em vigor, é sempre importante reciclar, voltar ao conhecimento das novas regras, é o objetivo deste curso", finalizou.

Durante a atividade, Machado apresentou 600 comentários novos que ajudarão os profissionais do Poder Judiciário do Tocantins a combater a lentidão na Justiça e diminuir o número de processos em tramitação, o novo Código.

CURSO METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO

A atividade foi ministrada pelos doutores Ana Claudia Karam, André Gonçalves Fernandes e Rafael Marinangelo, em maio de 2018, e teve como público alvo magistrados e servidores do Tribunal de Justiça, atuantes no planejamento e execução de ações de formação de juízes, em especial os que ministram ou ministrarão aulas na Pós-Graduação *Lato Sensu* de Prática Judiciária do Programa de Residência.

Para Karam, "Esse método pedagógico de ensino jurídico tem a finalidade de colocar o aluno como protagonista da aprendizagem, construtor do conhecimento, e assim propiciar a vivência por meio dele, haja vista terem tido no primeiro Módulo as bases epistemológicas, quais sejam, os fundamentos, os valores e toda a parte filosófica por trás do método. No segundo módulo, tiveram a oportunidade de viver, de construir o caso no papel de professor e sentir as suas dificuldades".

CURSO SOBRE O USO PRÁTICO DOS INSTITUTOS DO NOVO CPC

Atualizar e qualificar a assessoria jurídica dos gabinetes da magistratura de segundo grau para uma mais ágil e mais eficiente apreciação das medidas judiciais, cujo julgamento lhes compete, são alguns dos objetivos do curso "Uso Prático dos Institutos do Novo CPC para os Tribunais de Segundo Grau".

Segundo o juiz Esmar Custódio, coordenador do projeto, "A atividade é importante porque permitiu esclarecer sobre o alcance e a utilidade prática dos novos institutos processuais relativos ao julgamento de processos nos tribunais e reforçar o entendimento sobre os já existentes. Apesar de o Código de Processo Civil já se encontrar em vigor desde março de 2016, faz-se necessária uma atualização constante dos conhecimentos, para possibilitar aos servidores mais segurança quanto às novidades introduzidas".

SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR É TEMA DE CURSO NA ESMAT

O curso Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar: ênfase em fundamentos legais e administrativos, voltado para servidores do Poder Judiciário Tocantinense aconteceu em junho de 2018 na Escola.

O objetivo foi o de proporcionar aos servidores a compreensão dos procedimentos apuratórios e sancionatórios previstos no sistema de controle interno disciplinar, a partir do arcabouço constitucional, legal e institucional aplicável ao ambiente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Durante as atividades do curso os participantes buscaram pelo conhecimento dos fundamentos, a estrutura procedimental e o suprimento das lacunas existentes na normatização de algumas leis ou pela aplicação subsidiária de outras normas legais, como os Códigos de Processo Civil e Penal, observando-se os limites de tal aplicabilidade dada a natureza administrativa dos referidos procedimentos.

Ministrou as aulas a professora Yara Beatriz Cruz de Oliveira – Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, pela PUC/RS; Mestre em Direitos Fundamentais, pela ULBRA/RS; Doutoranda em Políticas Públicas na UFRGS (pesquisa de tese em andamento no âmbito das políticas públicas de justiça e de combate à corrupção – arranjos institucionais de controle disciplinar no Poder Judiciário).

CURSO TEORIA, PRÁTICA E PERSPECTIVAS DA EXECUÇÃO PENAL

Com a finalidade de oferecer aos servidores conhecimentos referentes à execução penal, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, em agosto de 2018, o curso Teoria, Prática e Perspectivas da Execução Penal.

Foram disponibilizadas oitenta vagas aos servidores do Poder Judiciário Tocantinense lotados nas Varas Criminais e de Execução Penal e Núcleo de Apoio às Comarcas (NACOM), conforme distribuição de vagas constante no item 2.1 do Edital nº 050, de 2018.

O curso foi realizado na modalidade à distância, via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat, com carga horária total de quarenta e oito horas, e abordou temas, como: Propedêutica Execucional Penal; Execução das Penas em Espécie; O Sistema Disciplinar; Questões Práticas da Execução Penal e Notas sobre a Privatização; e Perspectivas da Execução Penal.

Ministraram a atividade os professores André Ribeiro Giamberardino, Alexey Choi Caruncho, Alexis Couto de Brito, Bruno Augusto Vigo Milanez, Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior e Luís Carlos Honório de Valois Coelho.

SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO ASSYST E PROCESSOS ITIL

Servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins, participaram nos dias 6 e 7 de agosto de 2018, do curso que surgiu a partir da demanda apresentada pela Diretoria de Tecnologia da Informação – Assyst e Processos ITIL –, em virtude dos serviços de implantação, suporte técnico e capacitação, com vista ao aperfeiçoamento dos usuários da ferramenta no Poder Judiciário Tocantinense. Ao todo foram realizadas quatro turmas, resultando em um total de sessenta profissionais capacitados no uso da ferramenta.

O objetivo do projeto foi capacitar os servidores responsáveis pelo serviço de apoio a usuários, apresentando-lhes a importância da qualidade de serviços e suporte de tecnologia da informação e comunicação, tendo como ênfase o Service Desk; a partir dos fatores positivos e as melhores formas para implantá-lo, otimizando e melhorando o atendimento do setor de tecnologia.

SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO CONTADORIA JUDICIAL

A servidora Débora de Brito participou da capacitação, e ressaltou que “O curso ajudará bastante na execução de nossas funções, uma vez que são constantes as mudanças de algumas Leis, por isso, a necessidade de se reciclar profissionalmente e adaptar nossas ações à unificação, à padronização”.

O curso Contadoria Judicial Prática: cálculos de desapropriações, FGTS, URV, condenações trabalhistas, previdenciárias e pagamentos parciais foi realizado com o fito de capacitar os contadores judiciais para a realização de algumas modalidades de cálculos demandados no Poder Judiciário do Estado do Tocantins, tornando o exercício da função mais célere, padronizado e eficiente. Ministrou as aulas o servidor Niely Talles Tavares de Sá, Contador, graduado pela Universidade Federal do Tocantins; especialista em Gestão do Judiciário e em Contabilidade, Controladoria e Finanças.

SERVICE DESK – PODER JUDICIÁRIO INFORMATIZA ATENDIMENTO DE SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em consonância com a política de modernização do Judiciário Tocantinense, que foi o primeiro do País a se tornar 100% digital com a implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (e-Proc/TJTO), o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) lançou, em agosto de 2018, mais uma ferramenta para facilitar e agilizar a rotina de trabalho nas unidades da Justiça em todo o Estado. Unificando o atendimento de suporte em informática por meio da a central de serviços Service Desk .

Entre as principais vantagens da nova ferramenta de gerenciamento dos serviços de tecnologia da informação, estão a organização e agilidade do atendimento ao usuário. A central vai concentrar todos os registros de solicitação da área de TI em um só lugar, promovendo o devido direcionamento das demandas para a área competente realizar o atendimento mais adequado ao servidor ou magistrado. Dessa forma, as solicitações que até agora eram feitas diretamente aos servidores da área de TI, ou via sistema SEI, deverão ser realizadas pelos canais disponibilizados pela central de atendimento.

CURSO JUIZ E MÍDIA

Magistrados do Tribunal de Justiça do Tocantins participaram em setembro de 2018, na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinenset, do curso Juiz e Mídia na Sociedade da Informação, ministrado pelos jornalistas Rogério Artoni e Wilson Barros, com a participação do jornalista jurídico, João Camargo Neto. Durante as atividades do curso os participantes tiveram a oportunidade de conhecer na prática o melhor funcionamento das assessorias de imprensa, a filosofia dos diversos veículos de comunicação e o método de trabalho dos jornalistas. Também fez parte da programação a simulação de entrevistas em estúdio de TV e coletiva, realizados no estúdio da Escola.

Para o magistrado João Alberto M. Bezerra, “o curso foi extremamente positivo para preparo do magistrado no relacionamento com a imprensa em geral, mormente em casos de repercussão que estejam sob sua jurisdição”. Já a magistrada Cirlene de Assis ressaltou sair do curso “consciente da importância de manter com a imprensa uma política de valores e princípios positivos, sem gerar reações negativas da população”.

CURSO OPERAÇÃO DO SISTEMA FLEXVISION

Servidores lotados na Diretoria Financeira, participaram do curso Operação do Sistema FlexVision, realizado com o objetivo de capacitar os participantes no processo de operação do Sistema SIAFE-TO, quanto à utilização do módulo FlexVision por meio da extração dos relatórios orçamentários, contábeis e financeiros, melhorando os resultados a serem obtidos no desempenho dos servidores mediante o uso da ferramenta.

As atividades foram ministradas pelos instrutores Gedeon José Marques Júnior e Cleiton Pereira dos Santos, ambos especialistas em Ciências Contábeis.

DESENVOLVIMENTO WEB COM HTML, CSS E JAVASCRIPT – TURMAS I E II

Com o objetivo de promover a capacitação dos servidores em busca da melhoria do processo de desenvolvimento de melhores práticas voltadas para a customização e diagramação, a partir do aperfeiçoamento dos layouts e aplicações das páginas de internet e intranet, o Poder Judiciário Tocantinense promoveu em outubro de 2018, na sede da Esmat, duas Turmas do curso Desenvolvimento Web com HTML, CSS e JavaScript. A capacitação possibilitou aos participantes a implementação de ferramentas, como: HTML com foco em semântica, boas práticas, SEO e acessibilidade; CSS além das propriedades básicas, com foco em código reusável, desacoplado e flexível; Interatividade com JavaScript, incluindo uso de jQuery e plugins; Tudo com as novidades do HTML 5 e CSS 3; Páginas prontas para mobile com design responsivo; Bootstrap, framework front-end famoso no mercado e Performance de front-end para uma página rápida.

CONCILIADORES DE ARAGUAÍNA PARTICIPAM DE CURSO PROMOVIDO PELA ESMAT

Ocorreu na comarca de Araguaína, o curso de Aperfeiçoamento para Conciliadores e Mediadores Judiciais – Turma I –, realizado com o objetivo de proporcionar aos participantes atualização necessária para o desenvolvimento de suas atividades enquanto conciliadores e mediadores. O curso contou com quarenta e um participantes, dentre eles conciliadores e mediadores credenciados no Nupemec e servidores lotados nos Cejuscs do Poder Judiciário Tocantinense.

As aulas foram ministradas pela doutora Celma Laurinda Freitas Costa, com o tema Técnicas Autocompositivas – A Sessão de Conciliação e a Sessão de Mediação –; a juíza Umbelina Lopes Pereira, com o tema Política Judiciária de Tratamento Adequado de Conflitos – O Conflito e Princípios da Conciliação e Mediação –; e o juiz Cledson José Dias Nunes, com o tema Aspectos Legais e Procedimentos Acerca da Mediação e Conciliação.

SERVIDORES DA ÁREA DE TI PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO

Capacitar os servidores técnicos responsáveis pela infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Tocantins, apresentando-lhes os princípios gerais, como configuração e gerenciamento do NetBackup, incluindo como utilizar melhor as ferramentas e interfaces do NetBackup, monitorar efetivamente operações de backup e garantir que os objetivos de recuperação de dados sejam atendidos, foi a finalidade do curso de aperfeiçoamento realizado na sede da Esmat em novembro de 2018. O curso Veritas NetBackup 8.1 Administration foi ministrado por Marlon Martini, graduado em Relação Internacional e Negociação Internacional e técnico de informática com várias especializações na área.

CURSO PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR (ROPVs)

Magistrados e servidores participaram do curso Precatórios e Requisições de Obrigação de Pequeno Valor (ROPVs), com o intuito de aplicar os atos normativos e as regras procedimentais dos precatórios e ROPVs desde a expedição do oficio requisitório até o efetivo pagamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

As atividades foram ministradas pelo magistrado, do Ceará, Francisco Eduardo Fontenele Batista, atualmente na titularidade do 2º Juizado Auxiliar da Fazenda Pública de Fortaleza, e pelo doutor em Direito e coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios (DEPRE), de São Paulo, desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro. No primeiro módulo, foram abordados temas como Aspectos Gerais, Análise Legal, Características e Gestão; e no segundo módulo, sobre a Requisição de Obrigação de Pequeno Valor.

ESMAT TRANSMITE AULA AO VIVO SOBRE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA EXTRAJUDICIAL

O curso Correição Geral Ordinária Extrajudicial – Legislação e Prática – foi realizado na modalidade à distância, com transmissão ao vivo, do estúdio da Esmat, para as 42 comarcas do Tocantins. As aulas foram ministradas pelos assessores jurídicos, Wagner José dos Santos, Maria Dolores Oliva da Fonsêca Neta e Vinicius Teixeira de Siqueira. Para Glacielle Borges Torquato, coordenadora do Projeto, chefe de gabinete da Corregedoria Geral da Justiça e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, "A inovação que a Esmat oferece em oportunizar aulas à distância e ao vivo democratiza o aprendizado e facilita a difusão do conhecimento aos servidores e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, com atuação na capital e nas demais comarcas do estado do Tocantins para que possam compreender e realizar correições e inspeções nas serventias extrajudiciais de serviços notariais ou de registro".

PÓS-GRADUAÇÕES

LATO E STRICTO SENSU

PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU

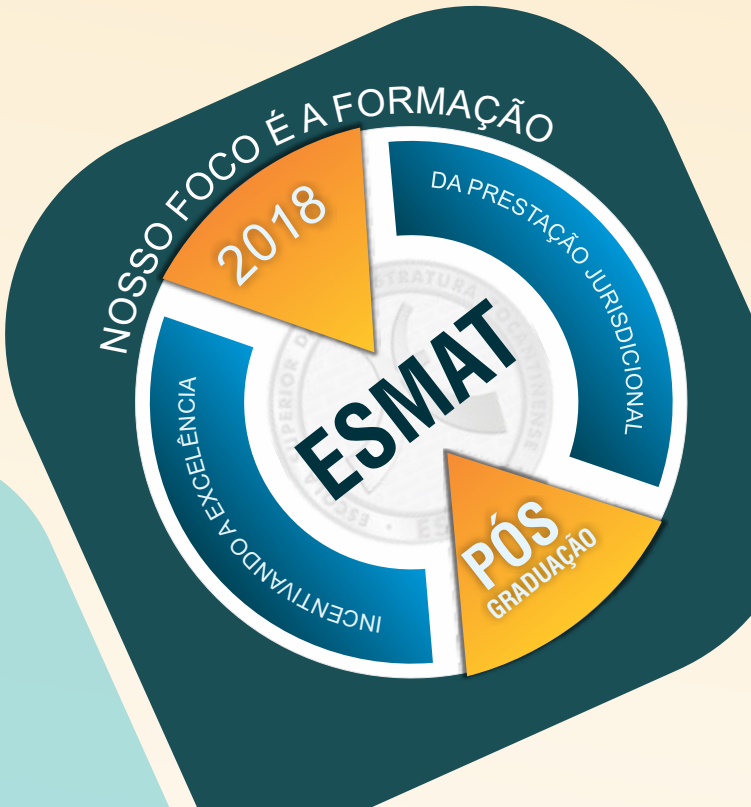
Em 2017, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense deu continuidade à realização de quatro cursos de Pós-Graduações *Lato Sensu*, são eles: Estado de Direito e Combate à Corrupção; Teoria da Decisão Judicial – Turma II; Direito Constitucional; e Prática Judiciária. As aulas, que tiveram início no ano de 2016, foram concluídas em 2018. Após a defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), os novos especialistas do Poder Judiciário do Tocantins participaram da solenidade de entrega dos certificados.

Em março de 2018, ocorreu a cerimônia de entrega dos certificados da primeira turma do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção. Na programação, foi ministrada palestra com o tema "Obrigações Processuais Penais Positivas e a Punição de modo Eficiente da Corrupção", pelo coordenador jurídico do grupo de trabalho da Lava Jato, no gabinete da Procuradoria-Geral da República, Douglas Fischer.

Em dezembro de 2018, foi a vez dos alunos das Pós-Graduações *Lato Sensu* em Direito Constitucional, Teoria da Decisão Judicial – Turma II e do Programa de Residência Jurídica com acesso à Pós-Graduação em Prática Judiciária (PRJUD), receberem os certificados de conclusão do curso.

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, prestigiou as duas solenidades e, em seu último discurso, parabenizou os alunos certificados: "Parabéns aos pós-graduandos que se dedicaram arduamente para vencer mais este desafio. É preciso ressaltar o alto grau de qualidade e seriedade dos professores, assim como a dedicação dos graduandos", complementou.

Representando os coordenadores das Pós-Graduações, falou o professor doutor Thiago Gagliano Pinto Alberto. "Essa prática pioneira da Escola Superior da Magistratura Tocantinense de estimular a realização de Pós-Graduações é realmente algo inédito, um fenômeno que não se percebe mundo afora. Eu posso testemunhar o fato de que não há outra instituição como esta Escola, a maneira como ela investe em seus magistrados e servidores, a forma acalorada das discussões e debates em salas de aula e o incentivo que existe não se nota em outros estados como acontece aqui no Tocantins". Gagliano foi coordenador do curso de Pós-Graduação em Teoria da Decisão Judicial – Turma II.



235
ESPECIALISTAS FORMADOS PELA ESMAT

TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL – TURMA II

O curso teve como finalidade abordar a argumentação judicial lógica afeta à decisão e impactos das decisões judiciais em diversos níveis de conhecimento, de modo a discutir sua importância, apresentar alguns modelos existentes e contrastar alguns Julgados com a exposição teórica. As aulas foram realizadas na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, com carga horária total de 372 horas-aula, distribuídas em 4 módulos, com 18 disciplinas obrigatórias. A estes se acrescenta 1 módulo extra, disponibilizado ao final do curso, com carga horária de 20 horas, destinado à reposição de aulas perdidas pelos discentes, totalizando 5 módulos – com carga horária total de 386 horas-aula.

SOLENIDADE DE ENTREGA DOS CERTIFICADOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

O curso foi disposto com o objetivo de oferecer uma perspectiva crítica das principais temáticas relacionadas ao direito constitucional e um ensino direcionado à formação humanística, técnica e prático-jurídica. O Estudo do Direito Constitucional é de extrema importância para compreensão dos direitos fundamentais. Longe de operar de modo estanque ou compartimentalizado, a matéria sublinha a constante interação com os demais ramos do direito interno e internacional, de modo a assegurar a proteção eficaz do ser humano. Salienta-se que o estudo dos direitos fundamentais não busca obter equilíbrio abstrato entre as partes, mas remediar os efeitos do desequilíbrio e das disparidades. Com carga horária total de 380 horas-aula o curso foi realizado em quatro módulos: Direito Constitucional; Justiça Constitucional; Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente; e Metodologia da Pesquisa.

SOLENIDADE DE ENTREGA DOS CERTIFICADOS

PRÁTICA JUDICIÁRIA (PRJUD)

O curso foi realizado com o intuito de promover o aperfeiçoamento dos servidores de primeira instância do Judiciário Tocantinense para atuarem nos diversos âmbitos da justiça, contribuindo na melhoria da prestação jurisdicional; bem como preparar o jovem bacharel para atuar fundamentado nas atuais questões que envolvem todas as áreas do Direito; subsidiar o jovem bacharel para exercer com mais segurança, presteza e maturidade no desempenho profissional; propiciar o desenvolvimento de competência profissional e contextualização curricular, contribuindo para dar vazão aos processos judiciais e proporcionar atualização de conhecimento e aperfeiçoamento profissional. Com turmas em Palmas, Araguaína e Gurupi, ao todos foram ministrados quatorze módulos perfazendo um total de 465 horas-aula.

SOLENIDADE DE ENTREGA DOS CERTIFICADOS

ESTADO DE DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO

O curso permitiu o aprofundamento dos conhecimentos na área acadêmico-profissional de operadores do Direito e estudiosos da área Criminal, apresentando relevância ímpar no plano dos estudos sobre a corrupção e suas relações com o crime organizado e seus impactos nas instituições e na vida pública brasileira, apresentando conteúdo programático inédito em todo o País. As atividades foram ministradas com o objetivo de promover formação no estudo do fenômeno da Corrupção, com vista ao domínio de mecanismos para o seu enfrentamento e combate, numa perspectiva multidisciplinar destinada principalmente aos profissionais das áreas da Justiça e da Segurança Pública. Durante o curso, foram oferecidos 21 módulos obrigatórios e 2 módulos interdisciplinares substitutivos. A carga horária do curso foi de 390 horas-aula.

SOLENIDADE

ESMAT INICIA DUAS NOVAS TURMAS DE PÓS-GRADUAÇÕES

No segundo semestre de 2018, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense deu início ao processo de abertura das Pós-Graduações *Lato Sensu* em Teoria e Prática do Direto Privado; e Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II.

Em outubro de 2018 aconteceu a aula inaugural da Pós em Teoria e Prática do Direto Privado, apresentada pelo professor Gustavo Paschoal e pelo Juiz José Eustáquio de Melo, coordenador geral do curso. O curso objetiva capacitar magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins, oferecendo uma abordagem pós-positivista de interpretação do Direito das Relações Privadas a fim de fomentar a construção jurídica humanizada e repersonalizada, cuja didática encontra-se afinada com a proposta conjugada do saber teórico com o saber prático.

Após o sucesso da primeira turma da Pós-Graduação em Estado de Direito e Combate à Corrupção, a Esmat apresentou nova oportunidade para os interessados na especialização. Os trabalhos foram iniciados em outubro de 2018 com Aula Magna apresentada pelo procurador regional da República, em São Paulo, Carlos Fernando dos Santos Lima, que atualmente atua na força-tarefa Operação Lava Jato, em Curitiba. O curso tem como finalidade oferecer a possibilidade de estudo e discussão, no mais elevado nível, do fenômeno da corrupção, considerando-se o papel da sociedade e das instituições no seu combate e compreendendo, em igual medida, o estudo dos mecanismos institucionais de seu enfrentamento na atualidade.

MESTRADO PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

O Programa em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, com Área de Concentração em Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos é resultado da exitosa parceria entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), e devidamente aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de acordo com a Portaria nº 268, de abril de 2013, do Ministro de Estado da Educação.

Em março de 2017 o aluno do mestrado em Direitos Humanos, juiz Jean Fernandes Barbosa de Castro, diretor do Fórum da Comarca de Aurora do Tocantins participou da primeira edição do Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e foi o vencedor na categoria – Direitos da Pessoa Idosa – com uma decisão que garantiu o registro de nascimento a um idoso de 98 anos. Para o magistrado, o reconhecimento é resultado do trabalho em equipe, com foco na realização de uma prestação jurisdicional de excelência. No caso do lavrador Virgílio Cachoeira de Oliveira, a Decisão, de 26 de março de 2014, promoveu o resgate da cidadania. “Nós pautamos nossa decisão com base no princípio da dignidade da pessoa humana, buscando reparar um prejuízo enfrentado por esse ser humano que conviveu, por quase cem anos, sem ter seus direitos, sua cidadania e sua própria personalidade reconhecida; mas com essa Decisão, ele pôde, a partir deste momento, gozar de todos os direitos no âmbito da vida civil”, afirmou Castro.

Em setembro, os alunos da V Turma, matriculados na disciplina Informática Aplicada à Prestação Jurisdicional, estiveram acompanhando os professores George Lauro Ribeiro de Brito e Aline Sueli de Salles Santos, em visita técnica ao setor de informática do Poder Judiciário e à sala-cofre, com a finalidade de conhecerem parte do trabalho desenvolvido pelo setor de informática, que permeia não só a área jurídica, mas também a prestação do serviço para toda a população. Segundo o professor, "Esse foi um momento importante, haja vista que o Mestrado é interdisciplinar e profissional, e uma das funções é levar resultados à população com uma boa prestação jurisdicional e com melhoria dos direitos humanos. A visita fortalece não somente o conhecimento da maioria desses alunos na parte da informática, mas os levou a entender que podem ocupar espaços nas áreas de gestão; assim passarão a valorizar todo o desenvolvimento que é feito por meio da aplicação neste setor específico e tão cheio de detalhes", finalizou.

As atividades da VI turma do Mestrado iniciaram em março de 2018, com a apresentação da Aula Magna pelo pós-doutor em Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade Clássica de Lisboa, o professor Valério Mazzuoli. O diretor da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, abriu oficialmente a atividade, e em sua fala ressaltou que "o êxito e a qualidade do Mestrado, durante esses anos, aliados ao trabalho intermitente da Universidade Federal do Tocantins, com todos os professores que atuam nessa área, a cooperação e o afinco no controle da qualidade e no resultado final, produzem um impacto positivo na sociedade tocantinense. Crescemos muito na atividade jurisdicional e nas atividades circundantes ao sistema judicial, sem dúvida o reflexo é positivo e sólido". Na sequência, o reitor da Universidade Federal do Tocantins, Eduardo Bovollato, frisou: "esse momento acontece pelo somatório de esforços de pessoas engajadas em trazer a responsabilidade do fortalecimento do ensino no Tocantins. Temos uma missão social muito forte, e a área do Direito tem mais possibilidade de estabelecer essa interlocução com a sociedade. Para nós da Universidade, é motivo de muito orgulho realizar essa parceria com a Esmat, espero que possamos fortalecer esse laço em novas frentes". Assumiu a Coordenação do Mestrado, o professor doutor Gustavo Pascoal, e, ao desejar boas-vindas aos novos mestrandos, ressaltou que "irá se empenhar para cumprir bem a sua nova missão".

Em outubro de 2018, a Esmat divulgou o lançamento do Edital para a sétima turma do Mestrado. Todas as diretrizes para participação no processo seletivo foram disponibilizadas no Portal Esmat e no site da Universidade.

MESTRADO PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM MODELAGEM COMPUTACIONAL DE SISTEMAS

Outro projeto ousado, realizado em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), é a realização do Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas. A Escola publicou, em fevereiro de 2018, o Edital de homologação dos candidatos inscritos e aptos a participarem do processo seletivo. O Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas é oferecido aos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com vista ao aperfeiçoamento na área tecnológica. O reitor da Universidade Federal do Tocantins, Eduardo Bovollato, reafirmou a importância dessa parceria com a Esmat em mais esse Mestrado, ”sem dúvida essa é uma relação de confiança recíproca, que vem crescendo a cada dia”.

Em março, a UFT e a ESMAT iniciaram o Programa com Aula Magna ministrada pelo doutor em Direito, Coriolano Almeida Camargo. Ao iniciar sua aula, Coriolano Almeida desafiou os mestrandos e os parabenizou por terem galgado um degrau importantíssimo na sua vida profissional. “Digo-lhes que, apenas no árduo exercício de se reverem todos os dias e se reconstruírem, encontrarão, em suas leituras diárias, um novo exercício de vida e de aprendizado”. Coriolano ministrou o tema “O Direito frente às novas Tecnologias”.

Modelagem computacional é uma área de conhecimento multidisciplinar que trata da aplicação de modelos matemáticos e técnicas da computação à análise, compreensão e estudo da fenomenologia de problemas complexos em áreas tão abrangentes quanto as engenharias, ciências exatas, biológicas, humanas, economia e ciências ambientais. Durante o ano de 2018, foram oferecidas as disciplinas: Redes Complexas; Internet das Coisas; Gestão de Projetos; Metodologia da Pesquisa; Aplicações Estatísticas para Gestão de TICs; Produção de Trabalhos Científicos; Educação Mediada por Tecnologias; Inteligência Computacional e Modelagem Computacional.

DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Foi publicado, no dia 10 de dezembro, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), o Edital nº 028/2018-PPGDR, que divulga o processo de inscrição para ingresso no curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional (modalidade DOUTORADO INTERISNTITUCIONAL-UFT/ESMAT/TJTO SOLICITAÇÃO CAPES Nº 66/2018). A Esmat em parceria com a UFT irão oportunizar cinco vagas para magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. As inscrições para o doutorado estarão abertas entre os dias 4 e 11 de fevereiro de 2019, nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, e em conformidade com o Regimento Geral da Pós-Graduação (Resolução nº 19, de 2013, do Consepe/UFT).

EVENTOS

WORKSHOP CONSTELAÇÃO FAMILIAR

O Workshop Constelação Familiar, ministrado para magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, pela psicoterapeuta Marlies Wiest, aconteceu em março de 2018. Uma palestra vivencial que abordou os conceitos sistêmicos sobre o nosso corpo, tornando visível o oculto que está dentro de cada um de nós e provoca doenças, emoções e sentimentos não compreendidos. O Método das Constelações abrange o nosso sistema integral de corpo, mente e alma, ajudando a desfazer os elos que atravessam gerações, responsáveis pela manutenção dos diversos sintomas.

Para a magistrada participante, Umbelina Costa, "o workshop foi uma excelente oportunidade para nós juízes conhecermos essa ferramenta de suporte às famílias envolvidas em conflitos familiares".

MINISTRO DO STJ ABRE DEBATE SOBRE A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos foi tema de Seminário, realizado em Palmas. O Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e o II Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs) foi aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que também preside o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), desembargador Eurípedes Lamounier.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, fez a palestra de abertura do Evento com o tema 1º Ano de Vigência do Novo CPC: reflexões sobre os métodos autocompositivos. Para o ministro, "a mediação, a conciliação, a negociação são métodos mais rápidos, mais efetivos e permitem que construamos uma solução mais adequada para cada tipo de conflito".

Para a coordenadora do Nupemec, juíza Umbelina Lopes Pereira, o sistema de Justiça deve prezar pelo diálogo, consenso e empoderamento da parte para que o tratamento adequado de conflitos tenha efetividade. "É fazer valer os direitos garantidos pela Constituição; colocar o cidadão como protagonista do processo e, dessa forma, trabalhar em prol da pacificação social", afirmou.

WORKSHOP “GESTÃO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA: DETALHAMENTO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DA ESMAT”

A doutora em administração, Marisa Pereira Eboli, ministrou Workshop “Gestão da Educação Corporativa: detalhamento dos Centros de Formação da Esmat”, no qual participaram alguns servidores da Escola com o objetivo de se prepararem para a concepção e desenvolvimento de programas e projetos de educação corporativa coerentes com a complexidade do contexto corporativo, pautados pela visão estratégica da instituição, suas demandas e necessidades, de maneira a contribuir com o desenvolvimento das competências necessárias ao alcance das metas corporativas da Esmat.

Para a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto, “é necessário buscar qualificação também para a equipe responsável pelas atividades realizadas. Assim, a proposta foi desenvolver um Programa de Formação Continuada para a equipe, de forma que todos os integrantes percebam o importante papel da Escola na implementação da estratégia do Poder Judiciário do Estado do Tocantins ”.

MAGISTRADOS TOCANTINENSES PARTICIPAM DO XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM QUITO

Quito no Ecuador sediou a XII Edição do Encontro que debate meio ambiente em diversos países do mundo. A palestra de abertura foi realizada por Farith Simon Decano del Colegio de Jurisprudencia de la USFQ, e teve como tema Protección ambiental y sujetos de derechos no humanos. Do Tocantins, como palestrantes e representando a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, o diretor adjunto da Esmat, juiz Wellington Magalhães, o juiz Roniclay Alves e a professora Ângela Issa Haonat.

O diretor adjunto da Esmat falou sobre Democracia e Povos Indígenas: novas perspectivas de diálogo e inclusão sociopolítica. Um trabalho em coautoria com o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat. Para o magistrado, é importante ressaltar que os professores da Universidade de Quito acharam interessante o tema abordado por se tratar de questão afeta a uma realidade deles. Segundo Magalhães, "foi grande a satisfação em compartilhar em Quito a experiência de inclusão sociopolítica dos povos indígenas do Tocantins. Trata-se de um projeto visionário de resgate das nossas origens num processo democrático inclusivo”.

DEBATE SOBRE AS CONTROVÉRSIAS NA LEI MARIA DA PENHA

Com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, há 11 anos a Lei Maria da Penha foi sancionada no Brasil. O Poder Judiciário promoveu um encontro para debater os principais temas de discussões jurídicas acerca da aplicação da Lei, como: Questões Controvérsias na Lei Maria da Penha; Mulheres, maiores Vítimas da Pornografia Vingativa; Maioria das Crianças Vítimas de Pedofília são do Sexo Feminino e os Autores estão dentro de Casa.

O Evento aconteceu no auditório do Tribunal de Justiça, e foi transmitido ao vivo, para todas as comarcas do Estado. A abertura do curso foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eurípedes Lamounier, que já atuou como titular da Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na comarca de Palmas.

Para a coordenadora estadual da Mulher, no Poder Judiciário, juíza Nely Alves da Cruz, o Encontro foi fundamental para abordar as mais diversas questões da Lei e discutir maneira de como avançar no combate a esse tipo de crime. “É muito importante debater, porque a violência tem vários ângulos e, apesar dos 11 anos desta Lei, ainda temos muitos pontos a serem discutidos”.

WORKSHOP DE MOTIVAÇÃO PARA SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

Buscando promover a prestação de serviços com qualidade, celeridade e eficiência na prestação jurisdicional, a Escola realizou o Workshop para motivar servidores e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, lotados nos gabinetes de desembargadores.

O objetivo foi o de promover um clima organizacional, por meio da formação do time de alta performance, no intuito de trabalhar com motivação, determinação e garantir qualidade nas ações em desenvolvimento. E mais, despertar os ouvintes sobre a importância do autogerenciamento e elevar o nível de consciência dos integrantes das equipes para assumirem as responsabilidades, a fim de aumentar a produtividade.

X SEMINÁRIO
DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Estado de Direito Socioambiental – o encontro de soluções para as crises climáticas, sociais e jurídicas –, este foi o tema da X Edição do Seminário Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, realizado pela Esmat nos dias 25 e 26 de maio de 2017. Palestrantes de renome internacional participaram do evento no auditório do Tribunal de Justiça, com transmissão ao vivo para as 42 comarcas do Estado. Na abertura oficial, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eurípedes Lamounier, desejou boas-vindas aos participantes, ressaltou o importante papel que o Poder Judiciário desempenha neste processo, e que as questões ambientais devem ser tratadas com muita responsabilidade. "O debate é fundamental, principalmente nos dias de hoje; nosso País, por exemplo, ainda tenta se recuperar do pior desastre ambiental de sua história, em Mariana/MG, cuja mediação das graves consequências e dos destinos de causadores e afetados pesam sobre os ombros do Poder Judiciário", ressaltou o presidente.

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, desembargador Marco Villas Boas, abriu oficialmente o Seminário e frisou a "Altíssima qualidade do Evento, dos currículos dos painelistas e das produções e trabalhos programados, mas principalmente pelos temas abordados, validados pela Capes". A coordenadora geral do Seminário, Bleine Queiroz Caúla, também frisou a importância de fomentar o debate sobre as questões ambientais, e ressaltou o espaço que o Seminário promove para o diálogo, as pesquisas e a busca de soluções para os problemas que permeiam a sociedade.

Durante os dois dias de Evento, foram ministradas 14 palestras, 34 apresentações de artigos científicos e 4 minicursos. Na oportunidade, foram lançados os Volumes 7 e 8 do Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, obra coordenada pelos professores doutores Jorge Miranda e Carla Amado, e organizados pelo desembargador Marco Villas Boas, Valter Moura Carmo e Bleine Queiroz Caúla. A professora Ana Paula Araújo de Holanda também apresentou o lançamento do livro "Projeto Cidadania Ativa: responsabilidade social de disseminação dos direitos para a comunidade"; prática vencedora do V Prêmio Innovare na categoria Advocacia – Ano 2008.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
X DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL
TADO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL – O ENCONTRO DE SOLUÇÕES PARA AS CRISES CLIMÁTICAS, SOCIAIS E JURÍDICAS
Apoio:

Realização:
Apoio:

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

XII SEMINÁRIO
DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

A XII Edição do Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) aconteceu nos dias 6 e 7 de junho de 2018.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Judiciário do Tocantins sediou o Seminário Internacional que busca promover um diálogo amplo e aberto sobre Meio Ambiente e Direito. Durante a abertura oficial dos trabalhos, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, ressaltou que o projeto tem produzido bons resultados no debate acadêmico sobre as questões ambientais, assim como o aprimoramento científico do Direito. "O Seminário já transcende as fronteiras do Brasil e são ações como esta que podem ajudar significativamente a mudar a sociedade, diante desse quadro em que nos encontramos; precisamos discutir as melhores formas de resolver os problemas atuais ou ao menos minimizá-los, para que o Direito siga dando a estabilidade social que precisa para continuarmos progredindo em todas as direções", afirmou.

Dentro da programação, foi realizado um painel ambiental para debate de três temas: A Efectividade do Regime de Reparação do dano Ecológico Panorama Europeu e Português, abordado pela professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Carla Amado Gomes; Povos Indígenas e Democracia: novas perspectivas de diálogo e inclusão sociopolítica, pelo juiz Wellington Magalhães em parceria com o desembargador Marco Villas Boas; e Los Retos Transformadores de La Jurisprudencia de La Tierra, pela palestrante Susana Borrás Pentinat, professora de Direito Internacional Público e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universitat Rovira i Virgili, na Espanha.

A programação contou ainda com a exposição de Painéis, apresentados e debatidos por nomes, como Bleine Queiroz Caúla, Ângela Issa Haonat, Lyssandro Norton Siqueira, Dayse Braga Martins, Roniclay Alves, Bruna Souza Paula, Ana Paula Araújo de Holanda, Lara Lívia Bringel e Gustavo Paschoal Teixeira.

Homenagens

Durante o Encontro, a diretoria da Esmat outorgou a Medalha "Desembargador Antonio Rulli Junior", comemorativa aos 15 anos da Escola, a importantes autoridades em reconhecimento pela contribuição e incentivo à construção do conhecimento e boas práticas, assim como pelas ações de disseminação do conhecimento e aprimoramento da prestação jurisdicional, em atendimento ao princípio da eficiência.

SEMANA DA SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Realizada em 2017 com o tema Estilo de vida saudável e o impacto na vida de servidores e magistrados, a 2ª Semana da Saúde do Poder Judiciário do Tocantins, foi transmitida ao vivo para as 42 comarcas do Estado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Ressaltando as ações desenvolvidas pelo Comitê de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Tocantins desde a sua criação, a presidente do Comitê e 1ª diretora adjunta da Esmat, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, declarou aberta oficialmente as atividades. “Que todos possamos tirar deste Evento lições e motivação para sempre cuidarmos melhor do nosso corpo e também da nossa mente, não só para trabalhar e produzir melhor, mas também para sermos mais felizes em nossa própria vida, em família e com amigos”, destacou a magistrada.

Em 2018, o evento teve como tema “Qualidade de vida no trabalho: Cuidados com a saúde de magistrados e servidores", e contou com palestrantes de renome nacional. Voltado ao público interno e externo, buscou sensibilizar os participantes sobre a necessidade de prevenção e promoção da saúde física e mental no ambiente de trabalho, para uma melhoria da qualidade de vida.

CÂMARA NACIONAL DE GESTORES DE PRECATÓRIOS REUNE REPRESENTANTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE 21 ESTADOS E DF

A X Reunião Ordinária da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios ocorreu em junho de 2018, na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O Evento, sediado pela primeira vez pelo Judiciário do Tocantins, reuniu juízes de Precatórios de Tribunais de Justiça de 21 estados e do Distrito Federal. Criada em 2015, a Câmara Nacional de Gestores de Precatórios se reúne periodicamente com o objetivo de aperfeiçoar a gestão precatória empreendida pelos tribunais de Justiça em todo o País. "O nosso foco está na efetividade da prestação jurisdicional em relação aos feitos da Fazenda Pública, e o espírito do grupo tem sido sempre de cooperação mútua, de disposição em compartilhar problemas em busca de soluções; este fórum é o local adequado para os debates e vem se consolidando a cada dia para um entendimento unificado sobre a gestão dos precatórios em todo o País", destacou o presidente da Câmara Nacional, juiz Nilo Ribeiro.

O juiz de Precatórios do Tocantins e auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça, Esmar Custódio Vêncio Filho, ressaltou a importância do Encontro para padronizar a atuação dos gestores ante a legislação. “Os Precatórios têm previsão na Constituição, na Resolução do Conselho Nacional de Justiça, que são replicadas pelos tribunais, mas não têm doutrina; então a interpretação da legislação poderia trilhar caminhos diferentes em cada estado. Nesse sentido, a Câmara trabalha para alinhar com todos os estados a forma de atuar, emitindo a cada reunião notas técnicas como forma de orientar os tribunais”, explicou.

1º SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE PRECATÓRIOS ACONTECE NA ESMAT

O Evento tratou da gestão dos pagamentos das dívidas de entes públicos (municípios, estados e União) e foi transmitido, ao vivo, para todas as comarcas do Estado.

Ministrou no Seminário o juiz Francisco Eduardo Fontenele Batista, titular do 2º Juizado Auxiliar das Varas de Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza (CE), e o juiz Bruno Lacerda Bezerra Fernandes, auxiliar da 2ª Vara da Fazenda Pública de Natal (RN).

O Seminário contou com a participação de magistrados, servidores do Poder Judiciário Tocantinense, membros do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado, prefeitos, secretários municipais da Fazenda, procuradores do Estado e Municípios, advogados, defensores públicos e estudantes.

DEBATE SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM GESTORES TOCANTINENSES

Promovido pela ESMAT em parceria com a ATM, o Evento aconteceu no auditório do Tribunal e contou com a participação de gestores municipais e estaduais que debateram o tema Aspectos Judiciais da Improbidade Administrativa: uma visão preventiva.

O objetivo do Evento foi o de conscientizar os agentes públicos acerca da atuação do judiciário com relação aos processos de improbidade administrativa, sob a perspectiva da prevenção; compreender o cenário de construção da improbidade administrativa; identificar situações que incorrem em improbidade administrativa; estudar casos concretos mais recorrentes de improbidade no âmbito municipal de outros estados; descrever as sanções inerentes à improbidade; identificar as fases dos processos judiciais; e promover a atuação do agente municipal em conformidade com a probidade.

A abertura dos trabalhos foi feita pelo coordenador do curso, o juiz auxiliar da Presidência Tribunal, Esmar Custódio Vêncio Filho. Segundo o magistrado, "A capacitação proporciona importante debate sobre Improbidade Administrativa e conta com a participação de todos os envolvidos, como assessores, procuradores, secretários e, especialmente, prefeitos de municípios tocantinenses.É necessário que os gestores visualizem o que é improbidade e até onde podem atuar de forma proba, sem ofensas ao patrimônio público ou aos princípios constitucionais que regem a administração, como a moralidade e legalidade".

OUVIDORES JUDICIAIS DO NORTE E CENTRO-OESTE SE ENCONTRAM EM PALMAS

Com o intuito de promover intercâmbio de experiências, ouvidores judiciais das regiões Centro-Oeste e Norte participaram do Encontro Regional do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), em Palmas. Durante a programação, os ouvidores judiciais apresentaram suas metodologias de trabalho, apontando as boas experiências e também as principais dificuldades de cada estado. Para os participantes, a cultura da judicialização, comum em todo o Brasil, onde as pessoas acionam a Justiça em situações desnecessárias, seria um dos pontos que mais contribui para o excesso de processos e, consequentemente, das requisições às Ouvidorias.

Ao abrir o Evento, a ouvidora judiciária do Estado do Tocantins, desembargadora Ângela Prudente, ressaltou os esforços que a Ouvidoria tem exercido na busca de um atendimento de qualidade, voltado para a atividade-fim do Judiciário. "O nosso trabalho, visitando todas as comarcas e focando tanto o público interno quanto o externo, visa à melhoria do atendimento ao cidadão, pois o serviço público tem essa finalidade básica, que não pode ser negligenciada".

O presidente do Cojud, desembargador Altair de Lemos Júnior, comentou a importância de um trabalho objetivo por parte das Ouvidorias e elogiou o serviço desenvolvido no Tocantins. "Sem dúvidas, a Ouvidoria Tocantinense é um modelo a ser seguido, tanto no que diz respeito ao sistema quanto à metodologia".

WORKSHOP MOBILIZA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE ARAGUAÍNA

O Projeto de Atenção à Saúde: o comportamento preventivo para a melhoria da qualidade de vida foi realizado pelo Poder Judiciário, por meio da Esmat, com a apresentação do Workshop "Produtividade x Relacionamento x Saúde Ocupacional, é possível ter tudo isso ao mesmo tempo?", na Comarca de Araguaína.

Esse projeto teve como foco o incentivo ao estabelecimento de maior identidade do magistrado e do servidor com o seu ambiente de trabalho, compreendendo seu espaço de forma ampla, numa melhor relação com a estrutura física e com o componente humano, em suas relações diárias, sejam elas horizontais ou verticais. Magistrados e servidores participaram dos trabalhos que foram divididos em cinco Turmas. As atividades foram ministradas pela mestra em Psicologia Social, Evanuzia Luzia de Oliveira.

TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE E SEUS IMPACTOS NO ESOCIAL E EFD REINF

A complexidade do Sistema do eSocial impacta em mudanças nas diversas áreas de atuação das relações trabalhistas, principalmente nas de Recursos Humanos e Financeira. A transmissão eletrônica desses dados simplificará a prestação das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, de forma a reduzir a burocracia para as empresas, e substituirá o preenchimento e a entrega de formulários e declarações (como DIRF, RAIS etc.).

Para tanto, o Workshop "Tributos retidos na fonte e seus impactos no eSocial e EFD REINF", demonstrou de forma clara e objetiva os procedimentos das retenções pelos serviços tomados, bem como nas contratações de bens e serviços pelos Órgãos Públicos, tendo em vista a obrigatoriedade e outras informações instituídas pela Instrução Normativa nº 1.701.

COPEDEM: JUDICIÁRIO DO TOCANTINS SEDIA ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA

Com o tema "Especialização profissional sem distância – em busca do aperfeiçoamento da jurisdição e da efetivação dos direitos humanos" –, foi sediado em Palmas, nos dias 5, 6 e 7 de abril, o XLVII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). Durante a solenidade de abertura, o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier, destacou os investimentos na qualificação como essenciais para o aprimoramento constante da prestação jurisdicional e ressaltou o papel da Escola Superior da Magistratura para o Judiciário do Tocantins.

Para o diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, o Evento que reúne diretores de Escolas da Magistratura de todo o País é de fundamental importância para debater a formação e o aperfeiçoamento para o exercício da função jurisdicional. "Unindo a necessidade da discussão sobre a educação sem fronteiras a uma das missões do Copedem – a de promover o intercâmbio entre as Escolas Estaduais da Magistratura – que possamos cumprir o que estabelece a Constituição Federal e permitir adequada formação e aperfeiçoamento da magistratura estadual", frisou. Destacou, ainda, o trabalho realizado pela Esmat, que este ano comemora 15 anos de instalação, e durante o evento, em comemoração à data, lançou um vídeo e o livro "Histórias e Memórias", com o registro histórico da Escola.

Palestras

A conferência de abertura foi feita pela professora doutora Ana Claudia Karam Abdallah dos Santos, diretora da Escola de Direito do Instituto Internacional de Ciências Sociais. Ela abordou o tema "O estudo de caso de Harvard voltado à tomada de decisão". O Encontro também contou com a palestra "Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sens*u nas Escolas de Governo", ministrada pelo professor doutor Luiz Roberto Liza Curi, diretor geral de Políticas de Educação Superior do Ministério da Educação. O Tema "Metodologias Ativas em EaD" foi apresentado pela especialista Ritze Pereira Fenaz da Costa, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). O desembargador Marcos Cavalcanti, diretor da Escola da Paraíba, apresentou o "Projeto ESMA/PA 2018".

Homenagem

Durante o Evento foi realizada a homenagem póstuma ao desembargador Antonio Rulli Junior, organizador das edições anteriores do Encontro, e, em sua memória, foi instituída a Medalha Comemorativa aos 15 anos da Esmat. Receberam a honraria pessoas que colaboraram com a Escola e com o aperfeiçoamento do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e do Brasil.

Depoimentos

O diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, desembargador Paulo Velten, declarou que o Encontro do Copedem é um mecanismo para se estabelecer efetiva cooperação entre as escolas. "Essa experiência é importante para que nós possamos oferecer mestrados institucionais para todos os juízes brasileiros, que hoje vivenciam muitos desafios, são questões complexas que exigem atualização constante do magistrado", explicou.

Para o juiz Alberto Jorge Correia Barros Lima, do estado de Alagoas, o Encontro oportunizou troca de experiências e aprendizado. "Esse tipo de Evento é importante porque prima por aqueles que estão dirigindo as escolas da magistratura de todo o Brasil. A Escola do Tocantins está de parabéns, não só pela organização do Evento, mas pelo que nos mostrou aqui com todo esse instrumental dedicado à educação", elogiou.

Carta de Palmas

Ao final do Encontro, o desembargador Marco Villas Boas fez a leitura da Carta de Palmas, aos presentes. No documento, o Colégio deliberou que as metodologias ativas de aprendizado devem nortear o ensino acadêmico e profissional, seja na modalidade presencial ou à distância; e a Formação Continuada *Lato* e *Stricto Sensu* nas Escolas de Governo e Judiciais constitui dever do Estado e direito-dever fundamental dos magistrados e servidores públicos.

SEMINÁRIO OUVIDORIA JUDICIÁRIA É REALIZADO EM PALMAS

A importância de se manterem altos índices de satisfação entre os usuários do serviço público foi o foco da palestra do ouvidor geral da União, Gilberto Waller, durante o seminário "Ouvidoria Judiciária e a Lei de Acesso à Informação", realizado no auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

O evento contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier; da ouvidora Judiciária do Tocantins, desembargadora Ângela Prudente; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto; e da corregedora geral da Defensoria Pública, Irisneide Ferreira.

A ouvidora judiciária, desembargadora Ângela Prudente, destacou os projetos que o Judiciário tocantinense tem promovido para a melhoria do atendimento à população. "Projeto como os de implantação dos totens de acesso direto dos usuários; o Ouvidoria vai à Escola; e o Atendimento nota 10 que proporcionaram esses avanços. É motivo de muito orgulho sermos pioneiros nessa mudança de paradigma em relação ao serviço público".

VIII CONGRESSO JURÍDICO DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Foi realizado, em Brasília, o VIII Congresso Jurídico de Saúde Suplementar, pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), em parceria com o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS).

A solenidade de abertura contou com a presença do diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas; do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Jayme Oliveira; do Superintendente de O Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, Luiz Augusto Carneiro; e da juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Geilza Fátima Cavalcanti Diniz.

A Conferência Magna foi apresentada pelo ministro Luiz Fux, que tratou do tema "Segurança Jurídica", tendo sido presidida a Mesa pelo desembargador Marco Villas Boas. O Encontro objetivou promover debate produtivo entre a administração pública e o setor empresarial, além de abordar temas como "Judicialização da Saúde" e "Segurança Jurídica". Estiveram presentes membros do Judiciário Nacional, entre eles os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

PODER JUDICIÁRIO REALIZA O II SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E I ENCONTRO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS

Teve início, no dia 15 de fevereiro de 2017, a primeira edição do Seminário Tocantinense de Justiça Restaurativa. A programação do Seminário foi iniciada sob a coordenação do juiz Antônio Dantas de Oliveira Júnior, titular da 2ª Vara Criminal e Execuções Penais da Comarca de Araguaína, onde desenvolve a Justiça Restaurativa, colocando a unidade judiciária como referência nacional na aplicação do modelo de Justiça com o projeto "Círculo de Construção da Paz", finalista no Prêmio Innovare 2016.

Em abril de 2018, foi realizado o II Seminário Tocantinense de Justiça Restaurativa e I Encontro de Facilitadores Restaurativos. Foram feitas palestras com os temas "Justiça para o século 21 – A Experiência da Justiça Restaurativa no Rio Grande do Sul" –, proferida pelo juiz Leoberto Brancher, e também "Práticas Restaurativas como Estratégia de Pacificação Social", ministrada pelo juiz Afonso Armando Konzen.

Para o juiz Antônio Dantas de Oliveira Júnior, a Justiça Restaurativa é um modelo complementar da Justiça Criminal. "Ela não visa o encontro da culpa, mas busca uma responsabilização das pessoas envolvidas numa relação criminosa, pois acreditamos que o indivíduo que cometeu o crime possa se conscientizar das causas e consequências dos delitos cometidos, assim como a vítima e a sociedade saiam mais fortalecidas nesse processo", completou o juiz. Um dos participantes dos seminários, o corregedor da Polícia Militar, coronel Henrique de Souza Lima Junior, disse ser interessante a promoção da cultura da paz partindo do Poder Judiciário, alcançando membros do Poder Executivo e a sociedade civil. "Como mobilizador social e como policial militar, vejo a importância de criar os círculos de paz, buscando engajar até mesmo os policiais militares".

VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

Em 2017, a Esmat realizou a VI Edição de Congresso Internacional em Direitos Humanos e, mais uma vez, reuniu magistrados, servidores, operadores do direito e universitários para o maior debate em Direitos Humanos no Tocantins, apresentado por juristas de diversos países. O Evento que aconteceu em outubro teve como tema "Erradicação da Pobreza: Uma Questão Política, Social e Jurídica", e homenageou o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em reconhecimento ao legado de sua atuação para minimizar a pobreza no Brasil. Em todas as edições do Evento, a Escola transmite, via satélite, a programação do Congresso permitindo que os interessados tenham acesso às palestras ministradas, por meio das telessalas instaladas nas 42 comarcas do Estado.

Renomados palestrantes do México, Canadá, Portugal, Argentina, Espanha, França, Cabo Verde e, também, de vários estados do Brasil trouxeram conhecimentos relevantes ao público inscrito. Destacamos o doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Eduardo Carlos Bianca Bittar, que tratou do tema Justiça Social, Pobreza e Direitos Humanos. Durante sua fala, Carlos Bittar frisou que "É dever político institucional e simultaneamente é dever moral de nossa humanidade, enquanto comunidade de pessoas que compartilham do mesmo destino, e é também dever jurídico embasado em regras positivas do direito internacional e do direito brasileiro, lutar pela extinção da fome, da pobreza, da opressão e de todas as formas de violência que andam conjuntamente com esses fenômenos".

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, também trouxe importante reflexão ao ministrar a palestra "Tratado de Cooperação da Amazônia – Perspectivas de Cooperação e Integração para um Desenvolvimento Socioambiental". O desembargador ressaltou que, "Se por um lado não há como conter o desenvolvimento almejado pelas populações pobres da região Amazônica, por outro é necessário encontrar meios adequados para garantir o acesso dessas populações à riqueza natural, bem como atender às demandas da economia nacional. O caminho certamente é o da cooperação, da integração, da pesquisa científica, do desenvolvimento de sistemas jurídicos adequados, e de uma política econômica baseada na sustentabilidade socioambiental, nos termos dos artigos 215, 225 e 231 da Constituição Federal".

A coordenadora internacional do Congresso, professora doutora Carla Amado, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, apresentou novidades no âmbito do Direito Ambiental, e durante o Evento ministrou palestra com o tema “Pobreza Energética”. Segundo Carla Amado, “A pobreza energética sobre a forma de circunscrição dos consumidores é a opção da base da escada energética, ou seja, da biomassa, e tem custos graves para a saúde. Casas onde cozinham e aquecem o ambiente por meio de queima de madeiras acumulam fumo e causam várias doenças respiratórias, mas esse não é o único prejuízo social desse fenômeno. A eletricidade é hoje essencial para o acesso à informação, para leitura e conectividade e subsequente possibilidade de dinamização da participação política para o exercício da atividade profissional e para emancipação das mulheres”.

Outros grandes nomes, como Michel Guillot, Ricardo David Rabinovich, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Vanderlei de Oliveira Farias, entre outros, enriqueceram a programação. O Evento contou também com a apresentação de várias atividades, como minicursos, comunicações orais, exposição de posters e workshop que contou com a participação dos alunos do Mestrado e autoridades convidadas.

HOMENAGEM

Durante a cerimônia de abertura, foi realizada homenagem ao desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier, presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, ao lhe outorgar a Medalha Mérito Acadêmico “Dr. Feliciano Machado Braga”. A Esmat também prestou homenagem postuma à professora doutora Isabel Cristina Auler Pereira (magnífica reitora da UFT).“A morte tirou da professora Isabel a vida, mas não tirou dela os méritos de tudo que ela representou para a educação no nosso Estado”. E por essa razão, a Escola prestou-lhe homenagem ao entregar nas mãos de sua filha, Cláudia Cristina do Amaral Santos, a Medalha Mérito Acadêmico “Dr. Feliciano Machado Braga”. A Esmat também prestou

LANÇAMENTO DE LIVROS

O presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura, desembargador Antonio Rulli Junior, lançou, na oportunidade, o livro Memorial de Ministros, o qual foi entregue oficialmente ao vice-presidente do Colégio e diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, para a biblioteca da Escola. Foram lançados, também, livros e capítulos de livros produzidos por professores e alunos do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.

VI CONGRESSO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS
ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA QUESTÃO
POLÍTICA, SOCIAL E JURÍDICA
25 a 27

ORGANIZAÇÃO:
25 a 27
ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE

VI CONGRESSO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS
ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA QUESTÃO
POLÍTICA, SOCIAL E JURÍDICA
27 DE OUTUBRO DE 2017

VI CONGRESSO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS
ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA QUESTÃO
POLÍTICA, SOCIAL E JURÍDICA
25 a 27

ORGANIZAÇÃO:
Certificado

ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCA

VII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS – PORTUGAL

Internacionalizar o Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos foi o foco do diretor da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, ao realizar, em Portugal, a VII Edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos, com o tema "Jurisdição e Direitos Humanos na Perspectiva Luso-Brasileira". Centenas de participantes acompanharam a Programação transmitida pela internet no Portal Esmat, nos dias 23, 24 e 26 de abril de 2018, diretamente das Universidades de Lisboa e de Coimbra. Os trabalhos foram iniciados em Lisboa com o pronunciamento do coordenador do Mestrado, professor Doutor Gustavo Paschoal, e da representante do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), professora doutora Carla Amado. Em sua fala, Paschoal ressaltou, "Mediante o que une o Tribunal de Justiça do Tocantins, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense e a Universidade Federal do Tocantins, buscamos proporcionar a todos os participantes, em cada Edição deste Congresso, diversas formas e possibilidades de acesso ao conhecimento e participação em importantes debates. Estamos internacionalizando uma nova fase de nosso Mestrado com a efetivação dessa importante parceria além-mar".

A Conferência que iniciou os trabalhos foi apresentada pelo professor Gustavo Paschoal, com o tema Controle de Convencionalidade e Eficácia das Decisões Proferidas por Magistrados Tocantinenses. Na programação, durantes os dois dias de evento, foram trabalhados os temas: A Participação da Sociedade na Execução Penal, com o professor doutor Tarsis Barreto; A Regulação da Violência Mediática em Portugal, com a professora doutora Rute Saraiva; O Direito Humano à Água Potável e Resolução de Conflitos Socioambientais pelo Ministério Público no Brasil, com a professora doutora Angela Issa Haonat; O "Direito ao Ambiente" enquanto "Direito dos Povos", com a professora doutora Carla Amado Gomes; A Convenção de Aarhus e a Dinamização da Cidadania Ambiental na União Europeia, com o professor doutor Rui Tavares Lanceiro; Educação em Direitos Humanos: os cursos de formação das promotoras legais populares no Tocantins, com o professor doutor Paulo Sérgio; e a Proteção de Dados: o regulamento geral de proteção de dados e a proposta de lei no Congresso brasileiro, com o professor doutor Alexandre Sousa Pinheiro.

No segundo dia do Evento em Lisboa, o desembargador Marco Villas Boas apresentou o tema “A Proteção do Ambiente a partir da Efetivação dos Direitos Humanos na América Latina”. O desembargador iniciou ressaltando que “a construção do sistema de proteção do ambiente como direito humano, integrante da terceira dimensão ou geração de direitos, alicerçado na responsabilidade solidária e no dever fundamental de o Estado protegê-lo, procurou garantir a qualidade de vida e a dignidade do homem, e bem assim a própria sobrevivência do ser humano no Planeta”.

Edição Coimbra

A abertura oficial desta Edição contou com a participação da diretora do Centro de Estudos Sociais (CES), Conceição Gomes. O CES é um Laboratório Associado do Estado Português, vocacionado para investigação e formação avançada nas diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Conceição Gomes agradeceu a presença de todos e, em nome do Centro de Estudos, ressaltou a importância do Evento, “é com profunda alegria que nos reunimos na discussão de assuntos de tamanha relevância. Essa parceria com a Escola do Tocantins tem sido bastante frutífera e proporcionado um intercâmbio de conhecimento fundamental para ambos os países”.

Durante a programação, foram debatidos temas como: “A Proteção do Ambiente a partir da Efetivação dos Direitos Humanos na América Latina”, com o desembargador Marco Villas Boas; “Perspectivas sobre o Papel do Ministério Público em Portugal na Proteção do Ambiente”, com o procurador da República Paulo Lona; “A Proteção Penal e Contraordenacional do Ambiente”, com o juiz Fernando Prata Andrade; “O Direito Humano à Água Potável e Resolução de Conflitos Socioambientais pelo Ministério Público no Brasil”, com a professora doutora Angela Issa Haonat (UFT); “Direito Humano à Água em Portugal”, com Paula Duarte Lopes (CES). Atuaram como mediadores os professores João Paulo Dias (CES), Tarsis Barreto Oliveira (UFT) e Paulo Sérgio Soares (UFT).

VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

Em 2018, a convenção relativa aos direitos das pessoas com deficiência no desenvolvimento do direito internacional sobre os direitos humanos foi o tema da conferência ministrada pela canadense Mona Parré, doutora em Direito, durante a abertura do VIII Congresso Internacional em Direitos Humanos, realizada no dia 7 de novembro.

Neste ano, o Congresso teve como tema “Construindo uma Sociedade para Todos”, definido diante da importância de se entender que os direitos humanos não são problemas apenas de um Estado, mas de toda ordem jurídica mundial. É necessário reconhecer a validade universal de muitos direitos; no entanto, eles não bastam para atender ao homem em suas particularidades. Por isso, nessa VIII Edição, a ênfase na questão dos direitos das pessoas com deficiência.

Na abertura do Evento, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, enfatizou que o Congresso é o espaço para construção de conhecimento conjunto entre o Judiciário e a sociedade. “Um encontro para discussão e busca de solução aos problemas complexos que envolvem a prestação jurisdicional e os direitos humanos em nosso Estado e também no mundo. Esta é a ideia deste Congresso Internacional, unir pessoas, propiciar a vivência em torno de temas tão caros e necessários para todos nós humanos”.

Já o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier, destacou o tema do Congresso com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência, citando dados da Organização Mundial da Saúde que apontam que uma em cada sete pessoas no mundo vive com algum tipo de deficiência. “Por isso, é fundamental garantir a essas pessoas não apenas os seus direitos legais, mas também o sentimento de pertencimento à sociedade enquanto cidadão e ser humano”.

CONGRESSO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS
CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE PARA TODOS

VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS

VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS

Fizeram parte da programação renomados palestrantes, como Sônia Berenice Hoffmann, doutora, especialista em Educação Física Adaptada para Deficientes; Josué Ribeiro da Costa, psicólogo, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério de Direitos Humanos; Farith Simon, equatoriano, membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional; Enrique Díaz Aranda, pesquisador do Instituto de Pesquisas Jurídicas da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM); Carla Amado Gomes, professora, investigadora principal do Centro de Investigação de Direito Público da Universidade de Lisboa; Adelaide Alves Dias, doutora em Educação e pesquisadora do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (CIERS-Ed); Paula Duarte, investigadora na área dos estudos para a Paz no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; e Edmundo Oliveira, coordenador geral do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime da ONU-ILANUD.

Minicursos

Na programação, a realização de nove minicursos sobre os temas: Realidade sobre acessibilidade no Brasil pelos olhos de um deficiente físico e visual; As interfaces do princípio da cooperação; Educação em direitos humanos e as políticas públicas de inclusão educacional; Direito achado na rua; Direitos humanos em procedimentos educativos para ensino superior; Deficiência e capacidade civil: a repercussão dos direitos humanos no código civil brasileiro; As 16 medidas contra o encarceramento em massa; A leitura dos direitos humanos na contemporaneidade; e Educação em direitos humanos via pesquisa empírica.

O juiz Adhemar Chúfalo Filho, da comarca de Porto Nacional, possui deficiência física e compartilhou sua experiência de vida e seus conhecimentos com os participantes do Evento. Segundo ele, é necessário se pensar em medidas a curto, médio e longo prazo para que, de fato, tenhamos uma sociedade para todos. "É preciso sempre cobrar do poder público que seja feita a sua parte, para tornar os espaços públicos inclusivos a todos. Também precisamos compreender que tudo gira em torno de uma cultura que precisa ser transformada, e isso se dá via educação. Eventos como este ajudam nesse processo de transformação social", disse.

O advogado Euler Rui Barbosa Tavares é deficiente visual e também dividiu sua perspectiva com os presentes. Para ele, é necessário, antes de tudo, que certos preconceitos sejam desfeitos. "Muitas pessoas sentem um tipo de receio quando estão na presença de alguém com deficiência. Isso é cultural e precisa ser mudado, pois as pessoas são muito mais do que as sua limitações e é nisso que precisamos focar".

Cinedebate

O objetivo desta atividade foi o de identificar se o cinedebate é capaz de abordar e sensibilizar acerca de temas de Direitos Humanos (gerar empatia), e também de produzir e divulgar conhecimento, subsidiando pesquisa e trabalho de conclusão de curso de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Durante a programação foi exibido o filme “Ensaio sobre a cegueira”, baseado no livro de José Saramago.

Workshops

Ao discutir sobre o tema “Direitos Humanos e Pessoas com deficiência: da exclusão e inclusão”, o doutor Antônio Rulli Neto, presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP, falou sobre a convivência familiar com o irmão deficiente e lembrou que já existem leis que garantem direitos às pessoas com deficiência, mas falta a prática das instituições para executar. O doutor Ricardo Vicente da Silva, procurador do Ministério Público do Estado do Tocantins, falou sobre ações de gestão de inclusão, como a que realiza com um time de basquete para cadeirantes. “As pessoas não são educadas para viver a situação do outro”, disse ao enfatizar a necessidade de uma sociedade menos individualizada. Já a mestra Lilian Carvalho da Silva, aluna da Esmat, apresentou uma pesquisa sobre acessibilidade no Fórum de Palmas, realizada para a tese do mestrado e abordou as necessidades estruturais no prédio e as melhorias realizadas.

Ao iniciar o debate sobre o tema “Direitos Humanos: Uma Questão de Ordem Jurídica Mundial”, a professora doutora Rocio Procel Sânches, da Universidade Nacional Autônoma do México, afirmou que em matéria internacional os direitos humanos já tiveram grande avanço. “Mas não podemos deixar nas mãos de poucos, como juízes e magistrados. Cada cidadão precisar fazer sua parte e buscar uma sociedade mais justa e inclusiva para todos”, destacou. A professora doutora Elsa Dias Oliveira, da Faculdade de Direito de Lisboa, lembrou que, apesar das convenções internacionais, alguns estados não as reconhecem e os que reconhecem têm variação no direito interno. “Qual a lei que vai regular a situação de uma brasileira no Marrocos?”, questionou respondendo que o direito internacional privado resolve essas questões.

Exposição de Painéis

Sob coordenação dos professores doutores Vinícius Pinheiro Marques e Aloísio Alencar Bolwesk, alunos do curso de Direito de várias Instituições de Ensino do Tocantins, participaram do Concurso de Painéis para exposição durante o VIII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Ao todo, vinte e sete resumos foram selecionados para exposição e, destes, quatro vencedores foram convidados para fazer apresentação durante a programação do Congresso.

Tradução em Libras

O VIII Congresso Internacional em Direitos Humanos contou com elementos que eliminam as barreiras físicas, como vagas reservadas no auditório, espaço para pessoas em cadeira de rodas, sanitários acessíveis, rampa de acesso e elevador. Uma novidade foi a tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) durante todas as conferências. Foram três tradutores intérpretes de Libras, credenciados pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, que já fazem a tradução nas sessões do Tribunal.

"É uma forma de acessibilidade à comunicação com a comunidade surda, que é informada em sua língua materna, a linguagem de sinais", ressaltou a intérprete Paola Regina Martins Bruno.

Homenagens e títulos

Durante a solenidade, foi outorgada a Medalha "Desembargador Antônio Rulli Júnior" (homenageado no Evento em memória póstuma), comemorativa aos 15 anos da Esmat, ao filho do desembargador, professor doutor Antônio Rulli Neto; ao reitor da UFT, professor Luis Eduardo Bovolato; à conferencista Mona Parré; e aos demais conferencistas ao longo de suas apresentações. Também foram entregues os títulos de Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos aos alunos da 5ª Turma da Esmat.

Campanha em favor da APAE

Com o slogan “Direitos Humanos: eu posso contribuir para a garantia de um deles, a Esmat, por meio de seu Programa de Mestrado, promoveu, na programação do VIII Congresso Internacional dos Direitos Humanos, uma ação prática para garantia de Direitos Humanos ao lançar a campanha que contempla a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

A APAE de Palmas desenvolveu o projeto “Sala de Jogos”, que tem sua contribuição para o processo de inclusão de alunos com deficiência, constituindo-se na realização do Atendimento Educacional Especializado ao Aluno com Deficiência/Necessidades Educacionais Especiais (AEE) e buscou como parceiros o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) para tornar este projeto uma realidade.

A campanha arrecadou fundos para equipar a sala de jogos da APAE-PALMAS, por compreender que é possível, por meio de ações simples, sermos autores de processos que garantam direitos. A Esmat, com a contribuição dos participantes do Congresso atuou efetivamente para garantia destes direitos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	14	18
2	ANÁLISE COMPARATIVA DA NBR ISO 9001 (VERSÃO 2008/2015)	32	14
3	ANÁLISE DE CENÁRIOS: TÉCNICAS E FERRAMENTAS ANALÍTICAS DESTINADAS AO GERENCIAMENTO DE INCERTEZAS	16	28
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA NORMA ISO 9001:2015	24	22
5	APERFEIÇOAMENTO OPERACIONAL DO SISTEMA SIAFE-TO	20	14
6	APERFEIÇOAMENTO PARA CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS – TURMA I	24	41
7	APERFEIÇOAMENTO PARA CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS – TURMA II	24	65
8	ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA – TURMA I	16	144
9	ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA – TURMA II	4	256
10	ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA – TURMA III	16	256
11	ASSYST E PROCESSOS ITIL – TURMA I	4	12
12	ASSYST E PROCESSOS ITIL – TURMA II	4	15
13	ASSYST E PROCESSOS ITIL – TURMA III	4	13
14	ASSYST E PROCESSOS ITIL – TURMA IV	4	14
15	ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO – TURMA IV	30	237
16	AUTOCONHECIMENTO E ENEAGRAMA	48	40
17	BRIGADA DE COMBATE A INCÊNDIO	16	16
18	CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO	16	29

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
19	CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO	16	24
20	CINEDEBATE – ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	42
21	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO I – TURMA I)	4	28
22	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO II – TURMA II)	4	16
23	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO III – TURMA III)	4	15
24	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO IV– TURMA IV)	4	16
25	CINEDEBATE EM DIREITOS HUMANOS: INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA (SESSÃO V – TURMA V)	4	12
26	CINEDEBATE SOBRE ERRADICAÇÃO DA POBREZA: UMA QUESTÃO POLÍTICA, SOCIAL E JURÍDICA, A PARTIR DO FILME "BETINHO, A ESPERANÇA EQUILIBRISTA" (VI CIDH)	4	18
27	COLÓQUIO “MICROSSISTEMA DAS PENAS ALTERNATIVAS NO TOCANTINS E PERSPECTIVAS CRIMINOLÓGICAS DE TERCEIRA GERAÇÃO”	6	40
28	CONTADORIA JUDICIAL PRÁTICA: CÁLCULOS DE DESAPROPRIAÇÕES, FGTS, URV, CONDENAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E PAGAMENTOS PARCIAIS – TURMA I	20	14
29	CONTADORIA JUDICIAL PRÁTICA: CÁLCULOS DE DESAPROPRIAÇÕES, FGTS, URV, CONDENAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E PAGAMENTOS PARCIAIS – TURMA II	20	14
30	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À LUZ DA IN 05/17: DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO ENCERRAMENTO DO CONTRATO	16	26
31	CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA EXTRAJUDICIAL/LEGISLAÇÃO E PRÁTICA	12	97
32	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADOR	116	229
33	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADOR (AGENTES DE TRÂNSITO – ATTM)	116	12
34	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR E CONCILIADOR	116	290
35	CURSO PRÁTICO DE DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA PARA MAGISTRADOS – TURMA I	40	18
36	DESENVOLVIMENTO WEB COM HTML, CSS E JAVASCRIPT – TURMA I	40	12

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	DESENVOLVIMENTO WEB COM HTML, CSS E JAVASCRIPT – TURMA II	40	11
38	DIDÁTICA DO ENSINO À DISTÂNCIA, TUTORIA E ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS	22	4
39	DIREITO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO – PARTE I	11	46
40	DIREITO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO – PARTE II	16	52
41	DIREITOS HUMANOS	62	82
42	DIREITOS HUMANOS – TURMA II	62	82
43	DROGAS ILÍCITAS “TRÁFICO X USO”: PARÂMETROS TÉCNICOS E NOÇÕES PRÁTICAS	4	38
44	EDUCAÇÃO CORPORATIVA VOLTADA ÀS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS DO PODER JUDICIÁRIO	24	25
45	ENEAGRAMA PARA MAGISTRADOS	48	31
46	ESOCIAL	8	24
47	ESPANHOL INTERMEDIÁRIO – TURMA I	120	8
48	EXCEL BÁSICO	20	14
49	FORMAÇÃO DE AUDITORES INTERNOS NBR ISO 9001:2015	20	10
50	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA II (ARAGUAÍNA)	105	18
51	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA II (PALMAS)	105	24
52	FORMAÇÃO DE FORMADORES – TURMA II	124	31
53	FORMAÇÃO DE TUTORES EAD	90	54
54	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA PREGOEIRO, ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA E ELABORAÇÃO DE EDITAIS	24	21

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
55	FORMAÇÃO EM POLITICAS PÚBLICAS EM CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA MAGISTRADOS	32	28
56	FUNDAMENTOS DAS DECISÕES JUDICIAIS	16	50
57	GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS DE SOFTWARE COM SCRUM – TURMA I	16	10
58	GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS DE SOFTWARE COM SCRUM – TURMA II	16	11
59	GESTÃO ÁGIL DE REQUISITOS DE SOFTWARE – TURMA I	24	15
60	GESTÃO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA	30	26
61	GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	16	30
62	GESTÃO DE MUDANÇAS	16	20
63	GESTÃO DE PESSOAS (2017)	24	44
64	GESTÃO DE PESSOAS (2018)	24	39
65	GESTÃO JUDICIÁRIA	32	41
66	GESTÃO JUDICIÁRIA – PRÁTICA	15	24
67	GESTÃO JUDICIÁRIA – TURMA II	32	33
68	GESTÃO JUDICIÁRIA – TURMA III	32	43
69	I CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO	12	144
70	INGLÊS AVANÇADO – TURMA I	120	11
71	INGLÊS BÁSICO – TURMA II	120	20
72	INGLÊS INSTRUMENTAL – TURMA II	120	8

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
73	INGLÊS INTRO – TURMA III	120	17
74	INGLÊS INTRO – TURMA IV	120	19
75	JUIZ E MÍDIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	20	29
76	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	16	25
77	MÉTODO DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (MASP)	16	47
78	MÉTODO DO ESTUDO DE CASO, FORMAÇÃO DE FORMADORES	32	7
79	MINICURSO – A LEITURA DOS DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	45
80	MINICURSO – A QUESTÃO AMBIENTAL E A SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TOCANTINS (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	2	15
81	MINICURSO – A VIDA NUA DOS DOENTES MENTAIS ENCARCERADOS NO TOCANTINS: EXTENSÃO DO ZOÉ E HOMO SACER NA SOCIEDADE MODERNA (VI CIDH)	4	24
82	MINICURSO – AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A GESTÃO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE PALMAS–TO (VI CIDH)	4	12
83	MINICURSO – AS 16 MEDIDAS CONTRA O ENCARCERAMENTO EM MASSA (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	64
84	MINICURSO – AS INTERFACES DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	20
85	MINICURSO – DEFICIÊNCIA E CAPACIDADE CIVIL: A REPERCUSSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO (VIII CIDH)	3	55
86	MINICURSO – DESAFIOS DA MAGISTRATURA E FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS NO BRASIL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO (VI CIDH)	3	15
87	MINICURSO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO INTERNACIONAL (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	30
88	MINICURSO – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MEDIAÇÃO JUDICIAL (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	4	10
89	MINICURSO – DESIGUALDADES SOCIAIS, DIVERSIDADE ETNICOCULTURAL E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E NO MÉXICO (VIII CIDH)	2	18

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
90	MINICURSO – DIREITO ACHADO NA RUA (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	45
91	MINICURSO – DIREITOS HUMANOS EM PROCEDIMENTOS EDUCATIVOS PARA O ENSINO SUPERIOR (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	43
92	MINICURSO – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO JUDICIÁRIO (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	2	3
93	MINICURSO – EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: A ESCOLA PARA PESSOAS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	4	20
94	MINICURSO – EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	33
95	MINICURSO – EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS VIA PESQUISA EMPÍRICA (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	33
96	MINICURSO – EIXOS ESTRUTURANTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	4	27
97	MINICURSO – ENVELHECIMENTO SOB UMA ÓTICA INTERDISCIPLINAR (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	2	8
98	MINICURSO – ESTADO E DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	16
99	MINICURSO – LIBERAÇÃO COMERCIAL DE TRANSGÊNICOS: (IN)OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS BIOÉTICOS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	9
100	MINICURSO – NUPMECS E A ATUAÇÃO DO MEDIADOR (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	2	7
101	MINICURSO – O DIREITO À ÁGUA POTÁVEL E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO (VIII CIDH)	2	20
102	MINICURSO – PESQUISA EMPÍRICA NO DIREITO: POSSIBILIDADE E ESTÍMULO À CONEXÃO COM A REALIDADE (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	4	9
103	MINICURSO – POVOS INDÍGENAS E QUESTÕES BIOÉTICAS (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	4	14
104	MINICURSO – REALIDADE SOBRE ACESSIBILIDADE NO BRASIL PELOS OLHOS DE UM DEFICIENTE FÍSICO E VISUAL (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	29
105	MINICURSO – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA NO ESTADO DO TOCANTINS (VI CIDH)	4	31
106	MINICURSO – UMA ANÁLISE DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE INFRATORAS A PARTIR DA CRIMINOLOGIA (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	4	20
107	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL ADEQUADA E O IMPACTO NOS RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS DO CNJ	16	39

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
108	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA E-PROC	70	828
109	NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SINTETIZADO E RESUMIDO PONTO A PONTO	20	265
110	NOVO PROCESSO CIVIL – EAD	10	297
111	NOVO PROCESSO CIVIL – TEORIA E PRÁTICA	20	44
112	OPERAÇÃO DO SISTEMA FLEXVISION	12	13
113	OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA VINCULADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO	16	33
114	PRÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	18	25
115	PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR	20	47
116	REDAÇÃO OFICIAL	30	29
117	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA I	8	21
118	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA II	8	19
119	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA III	8	21
120	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA IV	8	22
121	RETENÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PRECATÓRIOS/RPV E ALVARÁ ELETRÔNICO – TURMA V	8	26
122	SERVICE DESK – TURMA I	12	20
123	SERVICE DESK – TURMA II	4	18
124	SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: ÊNFASE EM FUNDAMENTOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS	16	36
125	TÉCNICA LEGISLATIVA	12	29

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
126	TEORIA E PRÁTICA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA	90	85
127	TEORIA, PRÁTICA E PERSPECTIVAS DA EXECUÇÃO PENAL	48	66
128	TREINAMENTO DEFENSIVO NA PRESERVAÇÃO DA VIDA, MÉTODO GIRALDI – TURMA II	30	21
129	USO PRÁTICO DOS INSTITUTOS DO NOVO CPC PARA OS TRIBUNAIS DE SEGUNDO GRAU	30	77
130	VERITAS NETBACKUP 8.1 ADMINISTRATION	40	11
131	VERITAS NETBACKUP APPLIANCES 3.1: CONFIGURATION AND MANAGEMENT	24	11
132	ZIMBRA OPEN SOURCE – TURMA I	24	7
133	ZIMBRA OPEN SOURCE – TURMA II	24	10

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	CONGRESSO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS NA CONTEMPORANEIDADE, COM O TEMA DESAFIOS DO CUIDADO EM ABUSO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	16	649
2	I SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA	10	278
3	I SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE PRECATÓRIOS	4	250
4	II SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E III ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCS)	8	254
5	II SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E I ENCONTRO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – EAD	8	125
6	II SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E I ENCONTRO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – PRESENCIAL	12	205
7	II SIMPÓSIO DE PERÍCIA CRIMINAL DO ESTADO DO TOCANTINS	16	410
8	III SIMPÓSIO DE PERÍCIA CRIMINAL DO ESTADO DO TOCANTINS	16	233
9	LANÇAMENTO DA CAMPANHA “HOMEM DE VERDADE NÃO BATE EM MULHER”	5	136
10	MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS – CIRCUITO DIFUSÃO (SESSÃO I – TURMA I)	4	9
11	MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS – CIRCUITO DIFUSÃO (SESSÃO II – TURMA II)	4	5
12	MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS – CIRCUITO DIFUSÃO (SESSÃO III – TURMA III)	4	4
13	OFICINAS DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	35	35
14	OFICINAS DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA – TURMA V	30	29
15	PALESTRA – CONHECIMENTO, TRABALHO E TEMPO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (3ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO)	1	619
16	PALESTRA – HÁ MOTIVOS PARA SE MOTIVAR NO SERVIÇO PÚBLICO? (3ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO)	1	351
17	PALESTRA – MOTIVAÇÃO E FOCO PARA SUPERAR LIMITES (2ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO)	4	176
18	PALESTRA – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS: QUESTÕES INTERDISCIPLINARES	3	248

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
19	PALESTRA – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (3ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO)	1	151
20	PALESTRA – QUALIDADE DE VIDA, TRABALHO E APOSENTADORIA: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL	2	95
21	PALESTRA – RISCOS PSICOSSOCIAIS E SAÚDE MENTAL NO TRABALHO	3	50
22	PALESTRA – SALVE UMA VIDA: APRENDA COMO AGIR DIANTE DE UMA PARADA CARDÍACA (3ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO)	1	125
23	PALESTRA – SAÚDE E DOENÇA OCUPACIONAL: COMO TRABALHARMOS ESSA CAUSA?	3	162
24	PALESTRA – SAÚDE MENTAL E TRABALHO: QUAL A RELAÇÃO? (3ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO)	1	178
25	PALESTRA – SONHO DE UMA VIDA – APOSENTADORIA: COMO SE PREPARAR PARA VIVER SEM CULPA E SE SENTIR MERECEDOR	2	151
26	PALESTRA – SUA VIDA EM MOVIMENTO (2ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO)	2	228
27	PALESTRA DE ENCERRAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ESTADO DE DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO	4	273
28	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA – TURMA I (ARAGUAÍNA)	37	22
29	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA – TURMA I (GURUPI)	37	17
30	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA – TURMA I (PALMAS)	37	18
31	PROGRAMA JUDICIÁRIO NA MEDIDA – TURMA II (PALMAS)	37	18
32	SEMINÁRIO INTERNACIONAL – X DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL	16	1222
33	SEMINÁRIO INTERNACIONAL – XII DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL	16	371
34	SEMINÁRIO OUVIDORIA JUDICIÁRIA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	2	255
35	SEMINÁRIO QUESTÕES CONTROVÉRSIAS NA LEI MARIA DA PENHA	8	479
36	SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E II ENCONTRO DOS CEJUSCS	8	410

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS EM HOMENAGEM AO SOCIÓLOGO HERBERT DE SOUZA, O BETINHO	24	1066
38	VII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS – EDIÇÃO COIMBRA	5	413
39	VII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS – EDIÇÃO LISBOA	10	624
40	VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS EM HOMENAGEM AO DESEMBARGADOR ANTONIO RULLI JUNIOR	20	1050
41	WORKSHOP "IMPLANTAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES (BNMP)" – TURMA I	8	23
42	WORKSHOP "IMPLANTAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES (BNMP)" – TURMA II	16	53
43	WORKSHOP "IMPLANTAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES (BNMP)" – TURMA III – EAD	40	20
44	WORKSHOP "SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?" – TURMA I	15	27
45	WORKSHOP "SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?" – TURMAS V	15	33
46	WORKSHOP "SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?" – TURMAS II	15	29
47	WORKSHOP "SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?" – TURMAS III	15	29
48	WORKSHOP "SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?" – TURMAS IV	15	30
49	WORKSHOP "TREINO DURO, LUTA FÁCIL" – TURMA I	4	51
50	WORKSHOP "TREINO DURO, LUTA FÁCIL" – TURMA II	8	45
51	WORKSHOP CONSTELAÇÃO FAMILIAR	16	36
52	WORKSHOP CRIMES AMBIENTAIS COMO CRIMES CONTRA A HUMANIDADE (VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	24
53	WORKSHOP DIREITOS HUMANOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	172
54	WORKSHOP DIREITOS HUMANOS: UMA QUESTÃO DE ORDEM JURÍDICA MUNDIAL (VIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS)	3	231

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
55	WORKSHOP GESTÃO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA: DETALHAMENTO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DA ESMAT	10	18
56	WORKSHOP MESTRADO PROFISSIONALIZANTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	10	10
57	WORKSHOP MOTIVAÇÃO, A FINALIDADE DO MEU TRABALHO	3	48
58	WORKSHOP PLATAFORMA BRASIL – TURMA III	5	16
59	WORKSHOP PRODUTIVIDADE X RELACIONAMENTO X SAÚDE OCUPACIONAL, É POSSÍVEL TER TUDO ISSO AO MESMO TEMPO?	24	13
60	WORKSHOP TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE E SEUS IMPACTOS NO ESOCIAL E EFD REINF	12	22

ORDEM	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	DIREITO CONSTITUCIONAL	380	42
2	ESTADO DE DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO	364	64
3	ESTADO DE DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO – TURMA II (EM ANDAMENTO)	362	71
4	PRÁTICA JUDICIÁRIA (PALMAS / ARAGUAÍNA / GURUPI)	465	110
5	TEORIA E PRÁTICA DO DIREITO PRIVADO (EM ANDAMENTO)	360	50
6	TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL - TURMA II	372	46
ORDEM	**PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (MESTRADO)**	**CARGA HORÁRIA**	**MATRICULADOS**
1	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS - TURMA V (EM ANDAMENTO)	600	25
2	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS - TURMAVI (EM ANDAMENTO)	600	25

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

esmat.tjto.jus.br esmat@tjto.jus.br (63) 3218-4256

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE